

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

INSERÇÃO POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO  
DEMOCRÁTICA (1994-2012)

ARRAIS FIDELIS DA SILVA GOMES

Porto Alegre  
2012

ARRAIS FIDELIS DA SILVA GOMES

INSERÇÃO POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO  
DEMOCRÁTICA (1994-2012)

Monografia apresentada ao curso de ciências sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em ciências sociais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Marengo dos Santos

Porto Alegre

2012

Arrais Fidelis da Silva Gomes

**INSERÇÃO POLÍTICA EM GUINÉ- BISSAU NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO  
DEMOCRÁTICA (1994-2012)**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, na área de Ciência Política.

Data de aprovação: 10 de Janeiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. André Luiz Marenco dos Santos (orientador)

---

Prof. Dr. Luiz Dario Tixeira Ribeiro

---

Maurício Michel Rebello

## **DEDICATÓRIA**

Aos que estiveram acompanhando a minha trajetória acadêmica, principalmente a minha família. Para minha mãe Julia da Silva, ao meu pai Jose da Silva Gomes, aos meus irmãos a para minha irmã Senhora Gomes, para Lauren Beck e Priscila Nassif. Obrigado por serem a minha referência de tantas maneiras e estarem sempre presente na minha vida de uma forma indispensável mesmo com a distância.

## AGRADECIMENTOS

Pelo espaço concedido para agradecimento, fica difícil enumerar as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para tornar este trabalho possível. Em primeiro lugar agradeço ao professor André Marengo, por ter aceitado me orientar e pela paciência, compreensão nos momentos em que eu demonstrei dúvida sobre a concretização do trabalho. Pelo rigor científico e consciente na produção do trabalho, obrigado e sem ele este trabalho não teria sido concretizado. E, em segundo lugar agradeço muito meu amigo irmão, Franklin Gomes que me deu apoio ao longo do meu trabalho através dele conheci o Márcio Zapicán que me ajudou muito com tanta paciência e vontade, obrigado. E por outro lado agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo espaço concedido para que eu pudesse concretizar esse sonho, e aos professores e colegas brasileiros da Universidade.

O meu agradecimento também vai para o senhor Álvaro Ribeiro que ajudou desde primeiro dia que eu cheguei a Porta Alegre é uma pessoa a quem eu tenho muito carinho me considero ele como um pai para mim e a minha dinda Walcy Oliveira que me acolheu também desde da minha chegada é uma pessoa muito especial pra me e por ultimo o meu agradecimento vai para meus conterrâneos africanos: Frederico Matos, Ângelo Antonio, Ilda Sanca, David Có, Zangirolami kambazz, Areosvaldo Rodrigues, Oumar Embalo, Lem Landim, Quirino Sanca, Denise Mané, Ussumani Djalo, Edson Lopes, Abi Sambu, Joaquim Furtado, Dulce Piedade, Mamadu Mutaro Embalo, Iabna Infaga, Victor Almeida, Virginia Miranda, Florentino Miranda, Samora Zeca Sanca, Rufino Ca, que também acompanharam essa trajetória e obrigado a todos.

## RESUMO

O presente trabalho procura analisar a inserção política em Guiné-Bissau no processo de transição democrática no período entre 1994 e 2012 ao identificar os participantes e seus recursos de poder, assim como compreender possíveis violações dos direitos humanos vinculadas à fragilidade das instituições democráticas. A metodologia deste estudo de caso foi constituída desde uma revisão da bibliografia de alguns autores que abordam o tema, além da perspectiva da leitura comparada dos países africanos em que os direitos humanos são violados na disputa pelo poder político com base na influência de seus distintos grupos de interesse (étnicos e religiosos, dentre outros). O resultado evidenciou algumas características e regularidades dos participantes no processo de consolidação da democracia no país, bem como possibilitou a mensuração das atividades políticas em que os direitos humanos são periodicamente desrespeitados. Nas sociedades em que a democracia está fortalecida a liberdade e o respeito aos valores humanitários são uma constante, os quais podem ser considerados elementos centrais na constituição de uma sociedade igualitária, promovendo o acesso às Políticas Públicas. A conclusão indica que o efeito da exclusão de um grupo de interesse no jogo democrático em Guiné-Bissau resulta em conflitos violentos que configuram um viés autoritário dos atores políticos, o qual é legitimado junto à população por consequência das influências étnicas e religiosas.

Palavras-Chave: Transição Democrática, Direitos Humanos, Grupos de Interesse.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the integration policy in Guinea-Bissau in the process of democratic transition in the period between 1994 and 2012 to identify participants and their power resources, as well as understand potential human rights violations linked to the fragility of democratic institutions. The methodology of this case study was formed from a literature review of some authors that address the topic, beyond the perspective of comparative reading of African countries where human rights are violated in the contest for political power based on the influence of their distinct groups of interest (ethnic and religious, among others). The result showed some characteristics and regularities of the participants in the process of consolidating democracy in the country and allowed the measurement of political activities in which human rights are regularly violated. In societies where democracy is strengthened freedom and respect for humanitarian values are a constant, which can be considered key elements in the creation of an egalitarian society, promoting access to Public Policy. The finding indicates that the effect of the exclusion of an interest group in the democratic game in Guinea-Bissau results in violent conflicts that shape bias authoritarian political actors, which is legitimized by the population as a consequence of ethnic and religious influences.

**Keywords:** Democratic Transition, Human Rights, Interest Groups.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
CEDEAO	Comunidade de Estado da África Ocidental
CMT	Comissão Multipartidária da Transição
CNE	Comissão Nacional de Eleição
FARP	Força Armada Revolucionário do Povo
FD	Frente Democrática
FIDH	Federação Internacional dos Direitos Humanos
IDH	Índice de desenvolvimento humano
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
ONDH	Observatório Nacional dos Direitos Humanos
PAIGC	Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde
PCD	Partido convergência Democrática
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS	Partido da Renovação Social
PST	Partido da Solidariedade e Trabalho
RGB/MB	Resistência de Guiné- Bissau (Movimento Bafata)



Quadro 1-Principais Instabilidades Político-Militares(1980-2010) .....	p.11
Figura 1-Livro “A guerra do lado do PAIGC” (Pequim, 1972). .....	P.12
Figura 2 - Mapa Geográfico de Guiné-Bissau.....	p.20
Figura 3 - Proclamação da Independência da Guiné-Bissau (24/09/73). .....	P.22
Figura 4-Violência de Estado (Golpe em 12 de abril/2012).....	P.30
Figura 5-Grupo de Mulheres em Ritual.....	p.33
Figura 6-Catedral de Guiné-Bissau (Bissau).....	p.36
Figura 7-Igreja Nossa Senhora da Natividade (Região Cacheu).....	p.36
Figura 8-Igreja Quinhamel (Região Biombo).. ..	p.36
Figura 9-Evidência da Violação dos Direitos Humanos (12/10/12) .....	p.41
Anexo 1-Evidência da Violação dos Direitos Humanos .....	p.41

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
REFERENCIAL TEÓRICO .....	14
CAPITULO II- CONTEXTUALIZAÇÃO .....	20
2.1- LOCALIZAÇÕES GEOGRAFICA DA GUINÉ-BISSAU .....	20
2.2 - GUINÉ-BISSAU APÓS INDEPENDENCIA.....	22
2.3 - ABERTURA POLÍTICA NOS ANOS 90 .....	24
CAPITULO III – O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O IMPACTO NO ESTADO DAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES.....	26
3.1- CIVIL E MILITAR NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO .....	26
3.2-INFLUÊNCIA DE GRUPOS ÉTNICOS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO.....	29
CAPITULO IV-DESAFIOS AOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU.....	37
CONCLUSÃO .....	41
REFERÊNCIAS .....	44
ANEXO 1 – LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS .....	47
ANEXO 2 – LGDH PROMOVE FORMAÇÃO PARA POLÍCIAS E JUDICIÁRIO .....	48
ANEXO 3 – INSERÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES .....	49
ANEXO 4 – FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	50
ANEXO 5 – FRAGILIDADE DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS.....	51

## APRESENTAÇÃO

Do ponto de vista do regime político Guiné-Bissau viveu desde a independência em 1973 até o ano 1991 (a data em que foi aprovado o multipartidarismo) um sistema de partido único, através dos mandatos sequenciais do PAIGC<sup>1</sup>, conhecido popularmente como o “partido libertador”. Em 1994 esse mesmo partido ganhou as primeiras eleições multipartidárias. Entretanto, em 1998 inicia uma guerra civil entre o grupo do Presidente Nino Vieira da etnia Pepel (Cristão) e o Brigadeiro Ansumane Mane da etnia Mandinga (Muçulmano), os dois do PAIGC. Com a destituição de Nino Vieira após esse conflito foi realizada a eleição de 1999, vencendo pelo Partido da Renovação Social (PRS) Kumba Yala, da etnia Balanta (Cristão), o qual seria destituído por um novo golpe de estado militar em 2003, efetuado pelo seu Chefe Estado-Maior o General Tagme Na Waie (Balanta/Animista).

Ano	Acontecimento
1980	Golpe do Estado 14 Novembro ( Movimento Reajustador )
1986	Tentativa de Golpe do Estado “ caso 17 de Outubro “
1998	Conflito Militar 7 de Junho
2000	Assassinato de CEMGFA Ansumane Mane
2001	Demissão do Primeiro Ministro Caetano N’chama
2001	Demissão do Primeiro Ministro Faustino Imbali
2002	Demissão do Primeiro Ministro Alamara N’hassé
2003	Demissão do Primeiro Ministro Mario Pires
2003	Golpe do Estado Presidente da República Kumba Yalá
2004	Demissão do Primeiro Ministro Artur Sanha
2004	Assassinato de CEMGFA Veríssimo Seabra
2005	Demissão do Primeiro Ministro Carlos Gomes Jr.
2007	Demissão do Primeiro Ministro Aristides Gomes
2008	Demissão do Primeiro Ministro Martinho N’dafa Kabi
2008	Demissão do Primeiro Ministro Carlos Correia
2009	Assassinato CEMGFA Tagme na Waie
2009	Assassinato do Presidente da República Nino Vieira
2009	Assassinato do Ex.Dep. Cand.Presidencial Baciro Dabó
2009	Assassinato de Ex-Ministro de Defesa Helder Proença
2010	Prisão do CEMGFA Zamora Induta

**Quadro 1-Principais Instabilidades Político-Militares em Guiné-Bissau (1980-2010).**  
Fonte: Cabral, 2011.

Na constituição de Guiné-Bissau existe um dispositivo constitucional que impediria que, a cada golpe, ocorresse a indicação de juntas militares ou unidades nacionais de passagem ao poder político. No entanto, este instrumento não é respeitado. Em 2003 um novo período de transição inicia com a nomeação de um presidente da república interino, Henrique

<sup>1</sup> PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde).

Rosa<sup>2</sup>, então um rico empresário de sucesso, que contava com apoio da igreja católica. As eleições legislativas realizadas em 2004 para deputado concomitante a escolha do Ministro, levaram novamente o PAIGC. Em 2005 ocorrem eleições presidenciais, as quais trouxeram de volta ao poder Nino Vieira, exilado em Portugal após a derrota no levante de 1998, como candidato independente (sem partido).

Crises políticas, permanentes mudanças de governo, tentativas de golpes de estado e uma crescente desestruturação das instituições estatais em meio a uma constante ingerência das forças armadas na vida política do país caracterizaram os quatro anos após a posse de Nino Vieira (2005). O fato maior ocorre com o assassinato do então Chefe de Estado-Maior General Tagme Na Waie após tentativas anteriores. Sequencialmente acontece a morte João Bernardo Nino Vieira em março de 2009. No ano seguinte foram assassinadas – sob forte suspeita do ato de que partia a ação dos militares descontentes – figuras importantes da política guineense: Baciro Dabo (Mandinga/Muçulmano) e Helder Proença (Pepel/Cristão), os dois vinculados ao PAIGC. As alegações para a morte destes seria a de que os dois estavam tentando desestabilizar o país ao articular um possível golpe de Estado visando às eleições de 2010.

No dia primeiro de abril de 2010 se deu mais um levante militar, o segundo no comando do Estado-Maior, Antônio Injai (Balanta/Animista), derrubou o então Chefe de Estado-Maior: José Zamora Induta (Balanta/Cristão). Antônio Injai assumiu a Chefia de Estado-Maior como General das Forças Armadas situação que culmina em sua prisão, o qual sofre torturas e ameaças de morte pelos militares sob o novo comando. Em agosto de 2010 ocorrem eleições presidenciais com a vitória de Malam Bacai Sanha da etnia Biafada/Muçulmano pelo PAIGC.

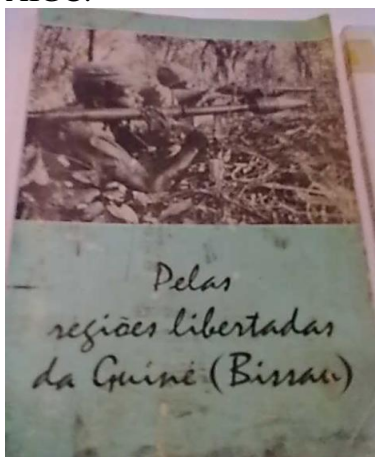


Figura 1-Livro “A guerra do lado do PAIGC”, da Missão Especial da ONU (Pequim, 1972).  
Fonte: Acervo de Pesquisa.

<sup>2</sup> Henrique Rosa (católico) pai dele é cabo-verdiano e a mãe é fula (etnia da Guiné-Bissau).

Por motivo de doença na França, ele morre em 2011, assumindo pela primeira vez o presidente do Legislativo, Deputado Raimundo Pereira da etnia Macanha (Cristão), sendo uma nova eleição presidencial convocada. Em março de 2012 se deu o pleito no país com empate entre os dois grandes partidos políticos – ocorrendo uma “segunda volta” (segundo turno) da eleição.

De um lado Kumba Yala (PRS) e do outro lado o PAIGC com o candidato Carlos Gomes Júnior (CADOGO). Com a recusa para a nova etapa por Kumba Yala, no mês seguinte se dá outro levante militar pelo Chefe do Estado-Maior Antônio Injai, que culminou com tentativa de assassinato do candidato Cadogo, na sua residência, o qual acabou se exilando na embaixada de Angola – refugiando-se após em Portugal.

No momento (21/11/2012) o país está sem um governo democrático eleito pelo povo, sendo controlado por um partido de Unidade Nacional, o qual é chefiado pelos militares. O presente trabalho tem por objetivo central identificar como se dá a inserção destes atores da política guineense no processo de transição democrática. Pretende-se verificar estes grupos de interesse no contexto político desde o ponto de vista da sua complexidade sociocultural, compreender essas correlações de forças na perspectiva de possíveis violações no campo dos Direitos Humanos.

## REFERENCIAL TEÓRICO

De fato a literatura da democratização enfatiza o papel das elites na mudança de regime, centrando o seu eixo no jogo político entre diferentes forças. No caso de Guiné-Bissau, o caminhar da democracia é drástico, efeito dos vários golpes de Estado. As informações indicam que até o ano de 2012 nenhum governo eleito havia finalizado o seu mandato. Claramente é apreendida deste complexo de lutas pela democratização uma violação constante dos Direitos Humanos, em seus múltiplos sentidos e direções.

Huntington (1994, pág. 36) define a democracia como fontes de autoridades do governo enquanto propósitos do governo e procedimentos, estes visando à constituição do governo. Para Przeworski (1989, pág. 15) a questão básica das transições é saber se elas conduzem a uma democracia consolidada, isto é:

“Um sistema em que as forças políticas relevantes submetem seus interesses e valores, e a incerteza da interação das instituições e aceitam os resultados dos processos democráticos”.

No caso de Guiné-Bissau os partidos políticos aos perderem as eleições se infiltram nos quartéis e mobilizam as chefias militares, objetivando golpes para assumirem o governo. Isso ocorre tanto no caso de o processo eleitoral destacar uma “unidade nacional” ou mesmo em um período de transição entre os golpes. O governo de Guiné-Bissau no momento é de transição, no devido ao último levante militar (12 de abril de 2012) após a eleição, o candidato Kumba Yala<sup>3</sup> negou categoricamente ir para segundo turno da eleição, neste contexto se deu o golpe.

Como o autor guineense Djalo (2000, pág. 17) afirma “a tolerância política entre os principais atores políticos sabota qualquer tentativa de transição democrática”. Portanto, a mesma serve apenas para manter o mesmo princípio antidemocrático herdado do regime anterior, destacando Djalo esta propriedade como a razão pela qual “a democracia obteria pouca chance de sucesso”.

---

<sup>3</sup> Kumba Yala Ex-presidente de Guiné-Bissau do Partido de Renovação Social (PRS) ele é da etnia Balanta.

Esse cenário possibilita aproximar a visão de Przeworski (1989) e Huntington (1994), os quais identificam na transição uma passagem: de um regime autoritário para um regime democrático. Entretanto, essa passagem, não é linear. A situação em Guiné-Bissau – ao buscar o país constituir um processo democrático, refletiu esse na volta de um autoritarismo disfarçado na possível necessidade de “ordem e comando”, fator característico do PAIGC<sup>4</sup>. E, conforme aponta Teixeira (2008, pág. 05):

“a mera alternância de um regime para outro não gera necessariamente uma democracia consolidada. De modo geral, a transição democrática e a consolidação de um novo regime chegam ao final quando a sociedade civil alcança o êxito na capacidade de influenciar o estado”.

A população guineense percebe a irresponsabilidade e ambição política dos governantes, fato emergente em movimentos nas redes sociais<sup>5</sup>, que criam a instabilidade no funcionamento equilibrado das instituições democráticas. O resultado inesperado é a oportunidade à intervenção dos militares, quando lhes convém, utilizada como forma de se promoverem politicamente. Esse fenômeno é de conhecimento da elite política guineense, os quais, de alguma maneira, objetivam o poder democrático, mas pela via militar. A efetividade do aparato democrático de Estado, evidenciada a dinâmica sócio-histórica no interior das condições políticas, estabelece novas regras de emancipação e alternância do poder. Conforme aponta Przeworski (1994, pág. 49):

“um sistema específico de instituições tornarem-se regra geral, ou seja, quando as leis forem cumpridas por todos e quando os perdedores de eleições desejarem tentar outra vez no quadro das mesmas leis sob as quais acabam de ser derrotados, sem recorrer a formas autoritárias para a obtenção do poder”.

---

<sup>4</sup> Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) é um partido que lutou para a independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde e foi fundado no dia 19 de setembro de 1959, sendo o seu líder fundador Amílcar Cabral.

<sup>5</sup> Em maio de 2007 a CODESRIA, organização de intelectuais africanos emite nota de apoio a greve de fome declarada por trabalhadores de Guiné-Bissau que objetivavam entre outras demandas o respeito às instituições democráticas.

Fonte: <http://www.codesria.org/spip.php?article353&lang=pt>

Por outro lado, não devemos deixar de levar em conta a possibilidade do que Whitehead (1993, pág. 62) chama de “incerteza da transição”. O autor nos revela que a estabilidade está vinculada às relações regionais de poder, em alguma proporção – como nas disputas das etnias<sup>6</sup> em Guiné-Bissau. Estas “inseguranças regionais” podem gerar conflitos no que tange o processo de democratização, pois:

“[...] é parte do processo de constituição de atores estratégicos autenticamente nacionais, mas ao mesmo tempo também é possível que não se consiga, nem ao menos se identificar, a priori, os atores chave, já que eles se constituem em si mesmos durante o processo de transição política”.

Segundo Augel e Meys (2002) a temática da transição democrática na África vem sendo discutida do ponto de vista do desenvolvimento político da África subsaariana, da qual a Guiné-Bissau faz parte. São questionadas as causas dos problemas de transição nestas regiões. Os autores destacam essas questões sob o enfoque político institucional, o qual enfoca as características singulares dos regimes políticos precedentes, assim como os modelos de comportamento político durante o período da transição.

Anteriormente às transformações políticas ocorridas em ondas por toda a África e, principalmente, na Guiné-Bissau, já se verificavam processos de democratização em outras partes do mundo, notadamente, na América Latina e alguns países da Europa Meridional, Central e Oriental.

Estes processos foram marcados pelos precedentes comportamentais dos líderes e grupos de interesse, os quais influenciaram na constituição das democracias nascentes. Em regra, muitos destes vivenciaram eventos de guerra civil ou até mesmo por comandos militares do Estado, como no caso do Brasil (1964-1982).

---

<sup>6</sup> O comportamento político na Guiné-Bissau é atravessado pelas disputas étnicas, as quais no momento da campanha eleitoral recorrem para suas regiões, onde a população votante é em sua maioria de analfabetos, convencendo estes para que votem no partido de sua origem. As Principais etnias que permeiam o poder político são: Balanta, pepel e fula, etc.



Deduz-se então, a partir de análises comparativas das experiências políticas em períodos de transição, do sistema autocrático para o democrático, uma sequência de fases pelas quais essas transformações ocorrem. Os cientistas políticos O'Donnell e Schmitter (1988) definiram as fases como: liberalização, democratização e consolidação. Os mesmos autores já tinham chamado atenção para o perigo de uma compreensão muito esquemática dos processos de transformação, como já aparece no próprio subtítulo de sua obra *Tentative Conclusions About Uncertain Democracies* (Conclusões Provisórias Sobre Democracias Incertas), há que se compara com o regime democrático na Guiné-Bissau ao sair do partido único, para abertura político á democracia não se consolidou ainda no País, já vimos várias tentativas de golpes de estado alguns se fracassaram outras não, a respeito pelos direitos humanos no país muitos figuras públicas são presos e perseguidos ate a morte isso nos leva a crer que infelizmente ainda na Guiné-Bissau a democracia é incerta ou não se consolidou.

Os autores sublinham logo no início de sua análise acerca “[...] da extraordinária incerteza da transição, assim como alto grau de indeterminação no decorrer dessa transição [...]”. O'Donnell e Schmitter remetem, dessa forma, expressamente, à possibilidade de volta a alguma forma de autoritarismo. Pode-se derivar que a chamada transição política não passa, por vezes, de um fenômeno de superfície. Sem dúvida assim pode ser considerada no cenário de Guiné-Bissau, o qual não se fortalece rumo a uma democracia – ao menos não no sentido pelo qual o termo é geralmente compreendido ocidentalmente.

Segundo os autores Brattton e Wan de Valle (2002, pág. 45):

“O desenvolvimento do processo de transição é marcado por uma contingência estruturada destacando por um lado e, sobretudo, as características político institucional dos regimes no começo da transição e da atuação dos atores ali envolvidos”.

Converge a opinião de Augel e Meyns (Apud. Cardoso 2002, p. 25), os quais sugerem que mesmo em relação a uma transição institucional e formal, os chamados “líderes históricos”<sup>7</sup>. Estas pessoas possuem um perfil militar imbricado ao político, os quais constituem a elite política de Guiné-Bissau e são tão reticentes como a maior parte da nova geração da elite dirigente, a qual é vinculada aos “heróis da independência” no que diz respeito a sua conduta não democrática.

---

<sup>7</sup> São os principais envolvidos nas lutas pela independência de Guiné-Bissau e de outros países africanos.

Para Malloy (1997, p. 101) a democracia deveria ser vista como um processo contínuo de formulação de políticas governamentais. O eixo central para o autor é a relação estruturada entre os principais grupos da sociedade civil, sendo sua consequência o processo de formação de políticas governamentais. Essa percepção se baseia na possibilidade de os diferentes grupos de interesses incluírem suas issues na agenda política, pois estes articulariam desde sua representação os seus traços culturais diferenciados no processo político. Esse elemento resultaria no fortalecimento das instituições por meio da participação.

É importante observar que a Guiné-Bissau é um país que optou pelo sistema político parlamentarista. A dimensão da concentração de poder está relacionada com a sua distribuição não equilibrada pelas diferentes forças políticas – geralmente composta pelas etnias em sua densidade demográfica. Neste caso, a centralização do poder político não se limita somente a hegemonia do partido que ganhou as eleições presidenciais e legislativas. Segundo Cardoso (1989) isso se manifesta no fato de o Primeiro Ministro e o Presidente pertencerem à mesma sensibilidade política (grupo político-étnico). Desenvolve-se uma concentração excessiva de poderes nos órgãos executivos (Presidência da República e Governo), em detrimento do órgão com competências legislativas – responsável por fiscalizar.

A prática democrática de um sistema parlamentarista resta prejudicada no contexto político de Guiné-Bissau, em que as coalizões não refletem a vontade popular, enfraquecendo suas instituições por afetar seu equilíbrio sistêmico geracionalmente. Ressalta-se que a constituição da República estabelece que o regime seja semipresidencialista e delimita claramente as competências formais de cada um dos centros de poder. Mas os sucessivos Presidentes da República têm-se imiscuído regularmente nos atos de governo, situação na qual o Primeiro-Ministro sofre constante pressão do Presidente. Esse processo tem gerado um processo de indefinição frente aos grupos étnicos presentes na população, devido à tipificação no exercício do poder por uma linha que afronta os Direitos Humanos.

Possivelmente, o pífio desenvolvimento econômico e a instabilidade política são resultantes de um modelo que transplantou artificialmente instituições de outros países sem que seja realizado um amplo processo de reflexão acerca de possíveis modificações das estruturas sociopolíticas herdadas historicamente.

---

Lideranças políticas, em regra vinculadas a alguma etnia com maior peso nas relações de poder em determinadas regiões geográficas.

Um fator marcante nestas relações de poder de consequência nos Direitos Humanos no continente africano, e, em especial em Guiné-Bissau – para além das questões étnicas – é a presença constante dos militares nos golpes e manipulação das políticas públicas, os quais mantêm ligações direta ou indiretamente com os partidos políticos. O controle civil na África exercido pelos militares de uma variedade ou de outra, tornou-se a forma padrão de governo em grande parte dos países. A proporção dos Estados sobre controle militar em uma região está relacionada com a data recente da descolonização e democracia em relação aos outros continentes.

Stepan (1968, p. 157) chama atenção para o fato de que “o poder político-militar” como controle ou domínio da resistência à tomada de decisões possuem consequências próprias para restabelecimento do serviço militar. Neste intuito os militares podem, em certos casos, providenciar recursos econômicos para aumentar capacidade militar de influenciar o processo de tomada de decisões ao nível da política e segurança nacional.

A reflexão socio-histórica da recente conjuntura política de Guiné-Bissau (1994-2012) aqui apresentada corrobora algumas percepções exploradas em outros trabalhos<sup>8</sup> na área, no que tange a presença marcante dos militares. Entretanto, a linha teórica que aqui será considerada se vincula à perspectiva política dos Direitos Humanos. A democracia percorre muitos caminhos no sentido do fortalecimento das suas instituições, o avanço dos direitos também é elemento conformador dos Estados democráticos.

Os países africanos, por evidente característica cultural, ao importarem sistemas políticos ocidentais sem transição aos processos internos à sua realidade, identificam nos militares via segura à disciplina e à ordem. A população em sua variante étnica exhibe condicionamento ao controle das armas sob a perspectiva civil dos direitos, efeito de sua memória histórica tribal. Essa marca social indica um componente político essencial de contraste em qualquer democracia: o respeito aos Direitos Humanos<sup>9</sup>. Os estudos comparados favorecem tais analogias, evidenciado o fato concreto de o continente africano vivenciar democracias não consolidadas.

---

<sup>8</sup> Fontes: (1) [www.leme.ufrgs.br/TCC/ciencias\\_sociais\\_de\\_FGC\\_Sa-2010/](http://www.leme.ufrgs.br/TCC/ciencias_sociais_de_FGC_Sa-2010/); (2) [http://ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/RICARDO\\_OSSAGO.pdf](http://ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/RICARDO_OSSAGO.pdf)

<sup>9</sup> Os Direitos Humanos de primeira geração seriam os direitos de liberdade, compreendendo os direitos civis, políticos e as liberdades clássicas.

## CAPITULO II- CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1- LOCALIZAÇÕES GEOGRAFICA DA GUINÉ-BISSAU

Guiné-Bissau é um país africano situado na costa ocidental da África limitado ao Norte pelo Senegal e ao Sul pela Guiné - Conakry, (ex. colônia francesa) com superfície total de 36.125 km<sup>2</sup>, constituído por uma diversidade étnica e cultural muito ampla. A herança cultural da Guiné Bissau é diversificada, tanto no seu aspecto linguístico como na música, dança artesanato e outras manifestações culturais. A Língua nacional é o crioulo, sendo o português a língua oficial e de comunicação com o exterior, existindo, porém, outras línguas do povo, cuja distribuição segue de perto a divisão do país em grupos étnicos, que é a seguinte: Balantas (27%), os Fulos (22%), os Mandingas (12%), os Manjacos (11%), os Papeis (10%) e os outros (18%).

A maioria dos guineenses pratica religiões tradicionais de origem africana (54%), em segundo vem o islamismo (38%) e em terceiro o cristianismo (8%). Fula, Mandingas e Biafadas são grupos islamizados, seguido por grupos que praticam, majoritariamente, religiões tradicionais. O cristianismo está representado apenas por uma minoria de tendência urbana (Balantas). Essa diversidade dos grupos étnicos tem influência na organização e configuração política da Guiné-Bissau. Por exemplo, Fulas e Mandingas caracterizam-se por uma autoridade centralizada, exercida por uma linhagem de chefes. As demais etnias com ligeira exceção dos Manjacos consistem na formação de grupos etários e de lealdade à linhagem aldeã, que se governam por meio de conselhos de aldeias vizinhas.

Mapa Geográfico de Guiné-Bissau



Figura 2 - Mapa Geográfico de Guiné-Bissau. Fonte: <http://www.ci-cpri.com/?p=631>

Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a sua independência no dia 24 de setembro de 1973, sendo reconhecida por Portugal em 11 de setembro de 1974. Atualmente é o país lusófono que ocupa a posição mais baixa no índice de desenvolvimento humano (IDH), com 0,331 pontuados, dados referentes a 1998. Os sucessivos relatórios da PNUD nos últimos anos colocaram sempre a Guiné-Bissau, na lista dos países que menos progresso alcançou em termos do desenvolvimento humano.

Nos anos 90 ocorreram mudanças bruscas no continente africano, onde mais de 40 países passaram por processo de transição política, com eleições livres e competitivas como bases de mediação internacional. Podemos dizer que Guiné-Bissau ainda passa por transição rumo a democracia, pois apenas o sufrágio universal não tem garantido os direitos civis e sociais característicos aos regimes democráticos, tampouco suas instituições democráticas são fortes suficientes para garantir os mandatos dos eleitos.

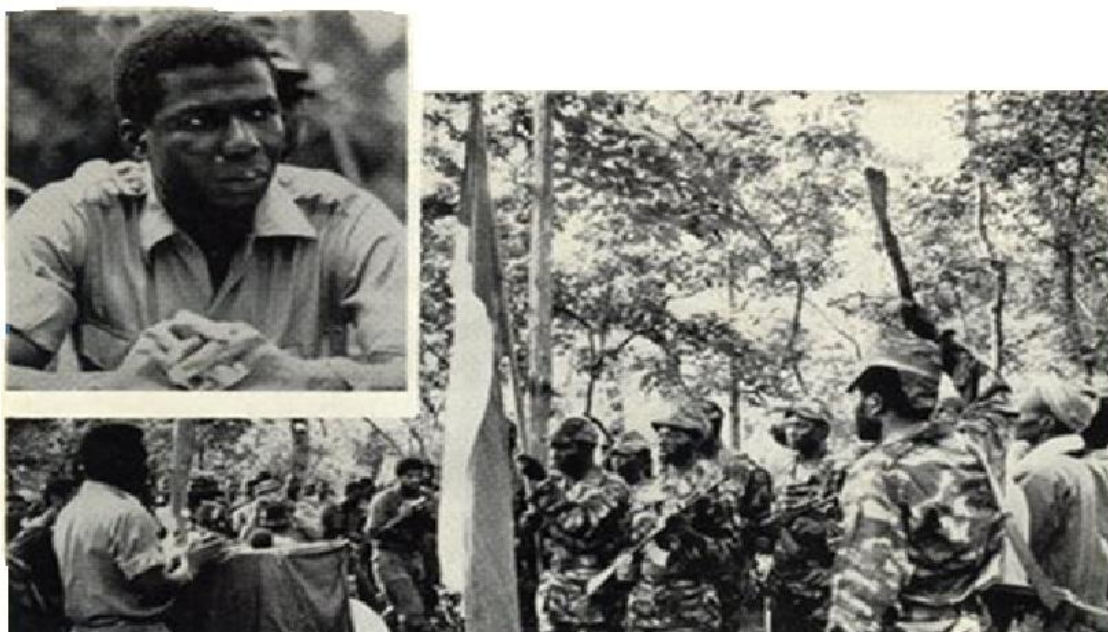
Nesse bojo que vai ocorrer o processo de transição política na Guiné-Bissau, marcado por diferentes grupos étnicos e religiosos que fazem parte do processo de transição e da representação política do governo no decurso de 1994 a 2012, esses que geram instabilidades políticas e sociais. Em 1991 ocorre a abertura política na Guiné-Bissau, através de um processo arrastado e truncado, sendo os seus resultados não são satisfatórios.

Além disso, a fase da transição para a democratização responde a uma lógica diversa no que diz respeito à fase da consolidação. No entanto, o que se segue dessa análise para quem se preocupa com a promoção, transição e consolidação da democracia, um ponto de partida é colocar a interrogação sobre a justificativa da mudança política impressa pelas forças armadas via intervenção militar, realizada com o “objetivo de promover a democracia”. Existe evidência suficiente de que qualquer intervenção armada não favorece as perspectivas das estabilidades políticas e democráticas ao longo prazo, além destas violarem os tratados em direitos humanos internacionais.

Não obstante, a independência nos anos 70 e a abertura política nos anos 90 não trouxeram o avanço e o progresso social que se presumia, ou seja, não correspondem as expectativas. Os resultados foram limitados. Entretanto, as elites desorientadas por determinações culturais do mundo ocidental acerca do que seria uma democracia, tentam desesperadamente retomar o lugar do antigo colonizador, buscando esquecer os séculos de humilhação, em meio à possibilidade de recuperar a sua identidade.

## 2.2 - GUINÉ-BISSAU APÓS INDEPENDÊNCIA

A Guiné-Bissau, após de 11 anos de luta contra colônia portuguesa, conquista a independência, em 24 de setembro de 1973, a qual só viria a ser aceita em 1974 pelos portugueses. O país então passou ao regime de partido-único no poder com vários assassinatos, entre os próprios dirigentes do PAIGC. A história política na Guiné-Bissau tem sido marcada pela violência, método natural de resolução de conflitos no seio do PAIGC, ele foi estendido ainda para as estruturas estatais controladas por este partido, desde a independência do País.



**Figura 3 - Foto de Proclamação da Independência da Guiné-Bissau em Madina de Bóe, 24/09/1973.  
Fonte: Acervo Autor.**

Em 1974 assumiu a presidência da república Luís Cabral, irmão mais novo de Amílcar Cabral que é o fundador de PAIGC. Em 1980 se deu um golpe de estado pelo João Bernardo Nino Vieira, derrubando o governo de Luís Cabral. Alegando Nino Vieira que tinha mais cabo-verdianos nos altos cargos de governos de que os guineenses. Por outro lado, os antigos combatentes sentiam uma profunda injustiça perante o sistema de cotas, por conta da distribuição de patentes que permitia promover jovens cabo-verdianos recém-chegados de Portugal ou de Cabo Verde. A disputa ocorria por identificarem que não havia legitimidade militar para estes comandarem “os verdadeiros combatentes da liberdade” (LOPES & CARDOSO, 2002). Durante muitos anos, a combinação golpes de Estado e soluções políticas permitiu limitar a violência, mas este método deixou de surtir efeito durante a guerra de libertação nacional. O PAIGC era simultaneamente um partido político de uma força armada,

uma vez conseguida a independência, as lideranças civil e militar do PAIGC dividiram as funções do Estado vinculando este ao partido, fazendo assim as Forças Armadas enquanto dois lados de uma mesma face. Segundo Carlos Cardoso (1989) as lutas da independência aconteceram sob a direção de única organização, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde), que combateu pela independência em dois países para torná-los um só estado.

Os guineenses entendiam que os cabo-verdianos “puros” no comando de Guiné-Bissau seria uma afronta, ou seja, o primeiro Presidente da República do Estado da Guiné-Bissau após a declaração da independência seria mais honroso e patrioticamente agradável, acaso fosse alguém com raízes do “chão” guineense – é mais uma das razões do golpe de estado de 14 de novembro de 1980. Segundo Koudawo (2001) a crise em que afloraram os desentendimentos com Cabo-Verde, e o desligamento da facção cabo-verdiana do PAIGC proporcionou a fundação do PAICV – que é o Partido Africano para Independência de Cabo-Verde. Desde então o desenvolvimento político dos dois países se diferenciou cada vez até nos dias de hoje, e ninguém mais discute a unidade dos dois países como meta política. Assim após o golpe de estado de 1980 Nino Vieira passou de primeiro ministro à presidente da república.

Cardoso (1986) afirma que a elite política guineense parte de um conceito de política que se define por um processo de emancipação humana e social. A primeira grande crise do PAIGC foi o famoso 17 de outubro de 1985<sup>10</sup>, de uma alegada tentativa de golpe de estado ao presidente Vieira que culminou com assassinatos entre os próprios dirigentes do PAIGC, além de antigos militantes do partido. A segunda crise se deu na segunda metade de 1991, na sequência da assinatura do movimento da Carta de 121<sup>11</sup> que surgiu durante segundo congresso extraordinário do PAIGC, em janeiro de 1991, nas instalações da Aeronáutica (Base Aérea). A situação não foi bem vista pela ala conservadora do PAIGC, defensora do centralismo democrático, em que estava inserido o então presidente Nino Vieira e alguns dos seus colegas veteranos da guerra da libertação nacional. Essa situação provocou a desistência de alguns militantes, na sua grande maioria pertencente à nova geração, a qual decidiu aderir ou fundar novas forças políticas, assim nasce um espaço para abertura política – aqui entendido nas possibilidades do multipartidarismo.

---

<sup>10</sup> Um dos casos de torturas e assassinatos que mais mexeu com a comunidade internacional e nacional foi execução brutal de umas das figuras importantes do PAIGC, do então primeiro ministro Paulo Correia e do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Viriato Pã, ambos acusados de uma “tentativa” de golpe de estado.

<sup>11</sup> Em junho de 1991 é publicado um documento que é conhecido como carta dos 121, o qual foi assinado por 121 intelectuais e militantes do PAIGC para exigir a renovação interna do partido.

### 2.3 - ABERTURA POLÍTICA NOS ANOS 90

Segundo Koudawo em janeiro e fevereiro de 1991 o PAIGC aceitou o princípio da abertura democrática, e em maio do corrente ano a Assembleia Nacional Popular (ANP) votou a queda do 4º artigo da constituição, que consagrava o PAIGC como partido único no poder. Em 18 de novembro do mesmo ano se concretizou a legalização do primeiro partido de oposição que se denominou: Frente Democrática (FD). Para Djalo Idrissa quando ocorre uma queda do governo eleito, a solução é escolher um presidente de governo de “unidade nacional” ou um governo de “transição”. Na realidade as Forças Armadas fazem revoltas e na luta pelo poder se mostram indiferentes, apesar de constituírem como um grupo de interesse essencial do poder político.

Os líderes do PAIGC e os dissidentes que fundaram os partidos da oposição nos anos 90 não foram capazes de imaginar que a política pudesse ser feita sem a utilização dos militares como último recurso. Enquanto o sistema permanece estável, este defeito congênito é quase invisível, mas quando o sistema entra em convulsões, torna-se invasivo. O elemento deficitário que atinge a Guiné-Bissau é assim, a conjugação entre, de um lado, a unidade funcional político-militar e do outro, uma clássica luta de poder em um sistema semi-autocrático – em que a alternância através das urnas é meramente acidental.

O sistema entrou em crise quando os políticos de Guiné-Bissau perderam sua diretriz patriótica, mergulhando em um vício de poder, em detrimento das populações que são supostos servir. A incapacidade de produzir um projeto político nacional, passadas pouco mais de três décadas após a independência, refletem a fraqueza endêmica do aparelho político da Guiné-Bissau e do pesado legado colonial. Se nos países vizinhos, como Senegal, o esgotamento do partido dominante conduz geralmente à sua queda, em Bissau, esta queda está atrasada, porque é invariavelmente o PAIGC é o grupo de interesse que se perpetua no poder político.

Para Koudawo Fafali (1994) o período pós-colonial guineense na década de noventa é de crise permanente do Estado, e entre 90-91 um espaço de abertura acontece. O autor destaca que este seria um momento da afirmação das exigências internas de renovação no PAIGC. Entretanto esta fase histórica não marcaria avanços significativos no sentido da conquista de direitos. Segundo Koudawo esta etapa seria um “abrigo de muitas transformações futuras estavam em gestação”. É possível perceber que em janeiro de 1991 emerge a renovação sob a perspectiva da “unidade nacional”, aprofundando a democracia, o que demonstra que nada estava decidido ainda, pois o sistema pluralista ainda não estava pensado.



A partir do mês de agosto de 1992 foi criada uma Comissão Multipartidária da Transição (CMT) destinada à concentração entre o poder e a oposição sobre as condições de consolidação do pluralismo. Isso permite uma descompressão após um período de confrontação processual entre a oposição legal nascente e o partido no poder – o qual se mostrava pouco disposto a fazer uma abertura completa nas regras do jogo clara. Porém, com a criação da CMT uma nova fase da transição inicia com “a grande abertura”, confirmada na viabilidade política da Comissão Nacional de Eleição (CNE). Em janeiro de 1993, as atividades da CNE estavam ameaçadas pela disputa dos grupos de interesse (RGB/Movimento Bafata, PRS, PCD, dentre outros) com o PAIGC, colocando em risco o processo eleitoral, que fora adiado vários meses. Este período seria de crise e de bloqueio do processo de democratização. Essa situação finda em fevereiro de 1994 com o julgamento e absolvição dos envolvidos politicamente acusados de conspirações contra a segurança do estado.

Assim se inaugurou outra fase da transição democrática, a da abertura das urnas. As primeiras eleições contaram com a participação de mais de 20 partidos políticos, devido à mudança de regime de partido-único. Muitos identificam a simples passagem de um partido-único para o multipartidarismo como a transição democrática de fato, pois durante 15 anos um único partido havia governado que era o PAIGC. As primeiras eleições pluralistas que tiveram lugar em julho de 1994 marcou um período de afirmação da vontade de independência da CNE. As incertezas sobre o financiamento das eleições e o papel crescente da comunidade internacional aliada à fragmentação da oposição e as surpresas das eleições que se concluiu com a vitória do antigo partido único – tanto nas legislativas como nas presidenciais – excluiu por consequência toda hipótese de alternância, de coabitação ou de partilha do poder político.

## **CAPITULO III – O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O IMPACTO NO ESTADO DAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES**

### **3.1- CIVIL E MILITAR NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO**

Analisando as importantes contribuições das abordagens para uma melhor compreensão da relação entre os grupos de interesse civil e militar no processo da transição dos regimes autoritários para a democracia, em virtude da semelhança teórica, a nossa perspectiva perpassa aos pensamentos dos autores: Alfred Stepan, Jorge Zaverucha, Samuel Huntington, Guillermo e Adam Przeworski para o desfecho do presente objeto do estudo. Buscando fundamentalmente, por um lado, analisar se realmente há um controle civil democrático sobre os militares na Guiné Bissau, e, por outro lado, analisar como é que se deu o processo da transição política autoritária à democracia.

Stepan (1975, P.46) apresentou, significativamente, quatro modelos distintos ou tipos ideais do relacionamento civil-militar: modelo aristocrático, comunista, liberal e profissional. Estes modelos mostram como os governos civis podem controlar os militares, em vez de serem controlados por estes. Segundo ele:

“No modelo liberal, o militar deve permanecer apolítico, este padrão de relacionamento de relação civil e militar no plano liberal tem maior probabilidade de êxito numa sociedade que disponha de instituições civis fortes e não sofra constantes ameaças externas à segurança”.

Este modelo em específico possibilita aproximar o caso da Guiné-Bissau na questão da autonomia dos militares com relação ao poder civil. A presença dos militares atravessa todas as instâncias do governo, pois, o poder armado destes neutraliza qualquer possibilidade de se estabelecer o controle civil sobre eles. De 1994 até a terceira fase de eleições, no caso das multipartidárias, em 2003, o país já passou por quatro levantes militares, dos quais dois culminariam em golpe de estado. De 1998 a 2003 Guiné-Bissau continuou a ter vários levantes que culminam em golpes ate hoje.

Militares desenvolveram sua autonomia com relação ao governo civil eleito democraticamente, pelo fato de que, muitas das vezes, eles tiveram que assumir posições importantes nos governos civis, inclusive, o governo civil despachava por vezes os assuntos diretamente com as chefias militares até nos dias de hoje. Na Guiné-Bissau esse fato aconteceu com os governos de transição liderados pelos ex-presidentes Malan Bacai Sanha (1999), Henrique Rosa (2003) e aconteceu também com Remundo Pereira em (2012). Apesar de exercerem o cargo de Chefes de Estado, durante o período de transição, todos estavam subordinados às ordens das chefias militares.

Na Guiné-Bissau, durante muitos anos, os oficiais militares estão mais preocupados com as suas imagens e as formas como eles são vistos pela sociedade. Gostam de uma vida de luxo, salários altos, bons carros importados, dentre outros benefícios adicionais: como o tráfico de drogas que ocorre entre as elites militares. Não é por acaso que hoje Guiné-Bissau é considerada um Narco-Estado. Por sua vez, o governo eleito faz todos os esforços possíveis para se identificar com as Forças Armadas, fazendo elogios aos militares através de condecorações e medalhas, afirmando que eles possuem os mais altos valores da nação. Aparecem nas cerimônias especiais trajados de fardas militares, sempre preocupados em elogiar estes grupos armados para não sofrerem levantes ou golpes de estado.

É evidente que, para enquadrar a Guiné Bissau dentro do modelo liberal traçado por Stepan, torna-se necessário expor a relação entre civis e militares desde as suas violações dos direitos humanos em um Estado tido como democrático por ter sufrágio universal. A violenta realidade política do país é resultado destas práticas. Stepan (1975, p.49) indica que:

“Para atribuir a um determinado país o modelo liberal de relacionamento civil-militar, são necessárias instituições civis sólidas e exige-se um esforço sistemático, por parte dos principais protagonistas políticos, a fim de manter os militares fora da política”.

Huntington (1994, p.118) chama este processo de democratização da terceira onda, quando se depara o sistema político com a ausência do controle civil sobre os militares, em que a abrangência das prerrogativas militares e o nível de contestação dos militares em relação às ordens civis possibilitam a derrubada dos governos e presidentes por meio de golpes de Estado. A importância de existir o controle civil sobre os militares reside no fato de se garantir aos governantes eleitos às efetivas capacidades de governar (ZAVERRUCHA, 2005, p.42).

A ausência de controle civil democrático sobre os militares em Guiné Bissau justifica a incerteza da democracia representativa e a certeza de que o próprio processo de transição ainda não se encontra numa situação consolidada. E, por outro lado, ainda Przeworski (1989, p.21) afirma que “a transição para democracia estaria completa quando se estabelece o efetivo controle civil sobre os militares e há uma possibilidade real de alternância partidária no poder”. Essa situação de controle dos militares parece distante na Guiné-Bissau. Na Guiné-Bissau após sua independência e desde golpe de estado de 1980, a escolha do governo civil se deu e ainda se dá através dos militares. Para Santos (1996, p.729):

“A transição política na Guiné-Bissau foi um insucesso, eis que a mesma se deu em um quadro de baixo grau de institucionalização, o qual não permitiu a democratização efetiva do País e, muito menos, propiciou condições para que houvesse independência dos três poderes institucionais (Judiciário Legislativo e Executivo)”.

Esse fator de controle armado pelo exercício da força no país reifica as relações de poder sobre os civis. No entendimento de Santos (1996) a democracia não se restringiria tão somente “a escolha pelo voto e eleições periódicas dos governantes”, ainda que a constituição da mesma evidencie a existência destes componentes. O sistema político democrático é composto por outros elementos, tais como: 1) a inviolabilidade dos tratados internacionais no campo dos direitos humanos, 2) o respeito às regras do jogo pelos grupos de interesse e a pauta de suas issues dentro destas mesmas regras. Mais recente é a questão da transparência pública que se refere ao acesso livre pelos cidadãos as informações do Estado nos diferentes governos, principalmente no que diz respeito à accountability (prestação de contas).

Entretanto na Guiné-Bissau, é impossível se falar em “prestação de contas”, pois os eleitos não concluem de forma democrática seus mandatos. O que significaria ter uma sociedade civil articulada e independente da tutela dos militares através do Estado, o país possuir partidos políticos fortes que representam os interesses próximos às necessidades da sociedade. Ou seja, minimamente, praticar a tolerância política desde os parâmetros das normas em direitos humanos em sociedades democráticas entre os principais atores e seus grupos de interesse no processo de disputa do Estado.

### 3.2-INFLUÊNCIA DE GRUPOS ÉTNICOS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO

É evidente a ligação das etnias com os grupos de interesse no processo de transição incompleta da democracia na Guiné-Bissau, assim como de grupos religiosos entre outros. Essa situação neste trabalho não é abordada de forma negativa ou pejorativa, mas é fator importante nestas relações que se destacam no país. Entretanto, é indicativo dos conflitos e situação emblemática da importação do modelo de democracia ocidental que, ao se sobrepor as identidades étnicas nos diferentes territórios em que “reis” comandavam sua população nativa, ocasionaram uma desorganização sócio-política nestes espaços. A cada governo derrubado, emerge outro comando violento que coloca um interventor na região A ou B, gerando insatisfação aos povos. De acordo com Sambú (1998):

“A influência étnica se instalou no PAIGC, no período pós 14 de Novembro, têm duas possíveis explicações: a primeira é a disputa entre Mandingas e Biafadas liderada, sobretudo, pelos coronéis Iafai Camará e Ansumane Mané ante Balantas, sob a liderança de Paulo Correia e Viriato Pã, a segunda foi à consequência do referido antagonismo que resultou na fomentação das intrigas palacianas atribuindo poderes às armações da polícia política (civil e militar) que culminou em prisão arbitrária e fuzilamento de militantes e altos responsáveis do partido, majoritariamente da etnia Balanta”.

Em relação à explicação da vertente étnica no conflito guineense e, principalmente, à tentativa de identificar ou rotular alguns grupos como “guerreiros por natureza”, vale discordar de afirmações que apontam aos Balantas tal característica. A adesão massiva dos Balanta à luta de libertação nacional tem que ser observada, entre vários outros fatores, como uma imposição circunstancial. Ou seja, o teatro da luta decorreu em uma região predominantemente habitada por esse grupo étnico e, na situação de sofrimento a que inevitavelmente estavam expostas, seus habitantes foram obrigados a aderir à luta como meio de se defender dos violentos ataques. Isso é utilizado como justificativa para exercer influência nos espaços de poder político. No mais, o desencadeamento da luta na região sul e norte, principalmente, não foi apenas pela “valentia dos grupos étnicos” que habitam a região, em grande parte Balantas e Mandingas.

Mas, Amílcar Cabral (1956) no seu estudo agrário sobre os solos da Guiné conseguiu observar a mais valia dos fatores geográficos e climáticos que essas regiões podem oferecer ao desenvolvimento no decorrer das lutas pela independência. Referente às estratégias é que se destacam os Balantas, devido às características de seu território, pouco conhecido aos portugueses. Para além, esta etnia previa assim o apoio dos países vizinhos já independentes (Senegal e Guiné-Conakry). Enquanto que o segundo ponto se fundamentava na retaguarda da vizinha Guiné-Conakry. Essa tática dos Balanta de acordo com seus territórios previa as dificuldades que as densas florestas, chuvas intensas, rios e pântanos poderiam causar às tropas coloniais que, naturalmente, não estavam habituadas a estas características climáticas.

Nesse sentido, não se deve subestimar a contribuição e o destaque dos Balantas na defesa da independência da Guiné, só que desconsiderar outros fatores nessa leitura pode ocultar a compreensão da realidade em redor, no que se refere à defesa de seus interesses na disputa política do país. Das suas influências periódicas junto aos militares.

A estrutura criada pelo poder desde estas características do espaço territorial e das etnias insatisfeitas localmente com as intervenções dos governos em seus territórios foi responsável por vários outros conflitos, sendo que, dois deles, marcaram a história do partido (PAIGC) na década de 80, como os casos de 13 de março de 1984 (prisões e tentativas de golpes contra Nino Vieira) e 17 de outubro de 1985 (morte ministro de estado PÃ). Entretanto, a configuração dessa disputa se tornou visível a partir do segundo acontecimento, momento em que houve uma implícita acusação de que a ala Balanta pretendia assumir o poder.



**Figura 4-Violência de Estado Contra Protesto ao novo Golpe de 12 de abril de 2012, realizado em 12 de agosto do mesmo ano.**  
Fonte: Arquivo de Pesquisa.

Helder Proença como militante de PAIGC e o opositor Domingos Fernandes de RGB/MB acham que a questão étnica não é o fator central como explicação para entender as contradições e o fracasso do desempenho político partidário do PAIGC – ou até mesmo das dificuldades de se fortalecer a democracia. Para eles, o componente étnico apenas começou a ganhar o espaço no tradicional cenário conflituoso do PAIGC, exatamente, após o golpe de estado de 1980.

No entanto, consideram o PAIGC, entre a maioria dos grupos políticos existentes hoje na Guiné, como o que menos tem esse componente a condicioná-lo. Um exemplo claro é quando em 1994 os representantes das etnias nas votações não efetivaram votos nas regiões predominantes de suas origens, ou seja, o voto nem sempre reflete na Guiné-Bissau o vínculo étnico. Já em 1998 esse cenário muda e as etnias com maior proporção votam nos seus representantes étnicos de acordo com as estatísticas da Comissão Nacional de Eleições (CNE, 2011).

A Guiné-Bissau apresenta uma estrutura social heterogênea, composta por aproximadamente cerca de vinte grupos étnicos, sendo que alguns já estão em extinção (Fulupis, Sussus, dentre outros). E à semelhança de grande parte de países africanos, essa composição social aliada ao baixo índice de alfabetização e a pobreza extrema têm sido problemas que obstaculizam o funcionamento das instituições democráticas. Contudo, oficialmente, a existência do componente étnico continua sendo negligenciado pelo poder público. Por vezes, alguns analistas internacionais descuidados com o cenário político-social local identificam estes grupos étnicos como um dos entraves ao processo democrático nacional, para a “construção de uma verdadeira nação”.

Para estes a forte presença da pertença étnica no comportamento dos cidadãos está a inibir nos dias atuais o sentimento da nação e a abrir possibilidades para o acirramento do conflito de caráter étnico. Não obstante, o PAIGC, por ter surgido em um momento particular da história nacional em que havia uma mobilização à unidade nacional, internamente, é muito difícil perceber na sua estrutura política a predominância de um dos grupos étnico específico. Em nenhum momento um grupo conseguiu ter o domínio visível ao ponto de provocar insatisfação entre outros militantes. Grande maioria das manifestações conflituosas acontece na estrutura da FARP, ex-braço armado do partido. Por que isso acontecia? Na abordagem de Delfim Silva (2003):

“Após o golpe de 1980, os Balantas que sempre constituíram o grupo majoritário na Força Armada Revolucionário do Povo (FARP), eram vistos pelo então poder como uma ameaça, entretanto, esse sentimento de que os Balantas constituem perigo”.

Esse processo de constituição do perfil da etnia como de ameaça impediu que seus oficiais ocupassem cargos estratégicos de mando na estrutura militar como, por exemplo, o de chefia de Estado-Maior ou dos três ramos Marinha, Exército, e Força Aérea. Esse comportamento tácito posteriormente foi reforçado pela existência excessiva de corrupção na administração pública, tráfico de armas e de drogas que contribuíram com a instalação da lógica da violência e dos conflitos. Esses que passaram a ser resolvidos na ponta das armas. Estes ventos da mudança que iniciaram na Europa socialista com a queda do muro de Berlin em 1989 e atingiram os países africanos adeptos do regime socialista.

E a Guiné-Bissau, que até então perfilava no grupo de países de regime unipartidário, viu-se obrigada a aderir às transformações em curso. Contudo, para o PAIGC, que havia estado há dezesseis anos no poder, era difícil conceber a mudança e abandonar as práticas repressivas de controlo do Estado. Nessa resistência à mudança, internamente os jovens quadros tentaram instrumentalizar a possibilidade de criar uma democracia interna e, sobretudo, criar condições ou espaços de diálogo entre as clivagens que facilitasse a estruturação e a circulação da elite na legenda.

Refiro-me à iniciativa do movimento da Carta 121 surgida durante o segundo Congresso Extraordinário do PAIGC, realizado em janeiro de 1991 nas instalações militares de Base Aérea, essa situação não foi bem vista pela ala conservadora defensora do centralismo democrático, onde estava inserido o presidente João Bernardo Vieira (Nino) e alguns de seus colegas veteranos da guerra colonial. Situação que provocou dissidência de alguns militantes, na sua grande maioria pertencente à geração mais nova que decidiu fundar ou aderir outras forças políticas. Não obstante, o país transitou para a democracia com um conjunto de contradições mal resolvidas tanto dentro das estruturas do partido no poder durante regime unipartidário, quanto no seu braço armado, a FARP, que na era democrática está a protagonizar crises profundas que obstaculizam a institucionalização da democracia. Como aconteceu com a tomada de independência, o processo de abertura política também não conseguiu apagar crispções produzidas durante a ditadura resultante de luta pelo poder dentro da estrutura do PAIGC.



A transição do regime foi acompanhada por conflitos mal resolvidos, que a um dado momento do processo começaram a manifestar-se com requintes de violência institucionalizada caracterizada pelo domínio do poder militar sobre o poder constitucional civil. O cenário da produção e reprodução da violência se sustenta no aperfeiçoar de práticas ilegais individuais ou de grupos que procuram inibir a ação de Estado no processo da consolidação das instituições. Em linhas gerais, um dos entraves à construção do Estado democrático de direito na Guiné-Bissau é a ausência de uma elite intelectual, política e econômica ativa que sirva de referência social e que, sobretudo, consiga imprimir uma proposta e ou modelo de sociedade fundada nos princípios de respeito pelos direitos e liberdades sociais.



**Figura 5-Grupo de Mulheres em Ritual. Fonte: Acervo de Pesquisa.**

### 3.3-A INFLUENCIA DA IGREJA CATOLICA NO PROCESSO TRANSIÇÃO

O papel da igreja católica nos respectivos processos de transição democrática na Guiné-Bissau não alcançou a grande influência que teve na formação social de Cabo Verde. Segundo Koudawo (2001, p.187):

“Na Guiné-Bissau a velha tradição animista e larga implantação muçulmana, a igreja católica teve uma expansão morosa cujas bases sempre precisaram ser consolidadas. Na realidade, a sua influência moral é religiosa não chegou a igualar o seu papel social”.

Enquanto que a influência social dos missionários entendeu-se e atingiu todo o país através das obras desenvolvidas no domínio da saúde e da educação, a irradiação religiosa e moral ficaram limitadas, esta discrepância deve-se em grande parte ao fato de a igreja católica não ter tido concorrência e nem oposição no desdobramento das suas obras sociais. Mas ela tem encontrado dificuldades reais no domínio do proselitismo religioso entre populações profundamente agarradas a outras tradições e crenças. Segundo dados do censo ou recenseamento geral da população guineense em 1991: de 13% da população total declaram ser católica e 2% reclama-se de outras religiões cristã, 36% consideram-se animista e 46% dizem-se muçulmano, enquanto que apenas 4% não se reconhece a nenhuma pertence religioso.

No limiar dos primeiros anos da era da independência, a política do PAIGC levou-se agressiva, senão francamente repressiva, em relação às igrejas e mais precisamente a católica, a qual vinha assumindo um papel de liderança no contexto dos domínios portugueses. A obra política tangível de Amílcar Cabral é essencialmente de orientação laica, ela não evidencia os traços da rejeição radical do papel das entidades religiosas. Contudo, a prática da liderança do PAIGC uma vez instalada no poder foi subtrair as identidades religiosas do seu papel social.

Dois motivos guiaram suas: o primeiro era a antecedência negativa atribuída aos cleros católicos e muçulmanos, acusados de terem sido apoiadores da política “paternalista do colonizador português”; e o segundo era a vontade do PAIGC de exercer um controle central em todos os espaços da sociedade para criar as condições para execução do seu projeto político. A pretensa emergência do “homem novo”, cidadão exemplar da nova sociedade perspectivada pelo partido único implicava uma ação abrangente, percebia o papel social das instituições religiosas como concorrente ao poder do Estado.

O PAIGC, embora não tivesse enveredado por ações diretas contra a religião em si, desenvolveu uma política de redução e confinação do papel social das igrejas, principalmente, nas obras sociais das instituições católicas que detinham uma reconhecida predominância na matéria. Por outro lado, durante quinze anos, por sua hegemonia no controle do estado com a assunção do partido único e das organizações em massa, as igrejas só voltaram a ter uma maior visibilidade e uma nítida liberdade de ação na sequência das liberalizações ocorridas no final da década de 80 e início dos anos 90.

A liberalização econômica e a consequente redução do papel intervencionista do estado permitiriam um reacender do papel social da igreja católica. Uma nova presença é tanto mais apreciada quanto o controle total anteriormente exercido pelo estado se revelará infrutuoso e mesmo sinônimo de regressão. Particularmente, nas escolas e internatos nacionalizados que caíram em ruínas depois de escassos anos de gestão estatal. A forte presença da igreja católica no domínio sanitário, o seu envolvimento cada vez maior nas organizações da sociedade civil, de apoio à juventude, de alívio da pobreza, etc. são fatores que contribuem ao seu retorno.

Ainda a influência social da igreja católica é favorecida pelo novo contexto de Guiné-Bissau dos anos 80 e 90, que, por ter sido mais discreta nos anos anteriores nunca deixou de ser importante. Caracterizada também por uma crise social ascendente e sustentada pelo esvaziamento progressivo do conteúdo do Estado-providência pela incapacidade crescente das autoridades de fazer frente as suas responsabilidades sociais. Os efeitos sociais do programa de ajustamento estrutural a partir de 1987, somado ao forte crescimento demográfico registrado nos anos 70 e 80 e o êxodo rural acelerado pela liberalização econômica criou um quadro crítico feito da fragilização das camadas sociais mais necessitadas.

A guerra civil<sup>12</sup> que assolou o país de junho de 1998 a maio de 1999 contribuiu para dar à igreja católica uma nova dinâmica e projeção, as quais a levarão a desempenhar um papel de destaque. A igreja assumiu logo nos primeiros dias de conflito a liderança das iniciativas internas de mediação. Esta posição foi consolidada pelo aprofundamento da crise que se alastrou durante os 11 meses seguintes, consagrando a instituição católica como principal protagonista dos esforços internos de busca da paz. Na realidade, o Bispo de Bissau, Dom Septimio Arturo Ferrazzetta<sup>13</sup>, é quem mais se destacou neste episódio, chegando mesmo a encarar a única esperança de solução negociada, e tornou-se uma personalidade de consenso nacional.

No entanto, o aumento da influência da igreja católica durante o conflito e também o fruto do trabalho humanitário de figura religiosa menos eminente mais preciosa na vida cotidiana das populações deslocadas, desprovidas de tudo, e entregues ao cuidado das paróquias, sobretudo as circundantes de Bissau, principal foco da guerra.



**Figura 6-Igreja Nossa Senhora da Natividade.**  
**Fonte: Arquivo de Pesquisa.**



**Figura 7-Catedral Guiné-Bissau.**  
**Fonte: Acervo Pesquisa.**



**Figura 8-Igreja Quinhamel, Região Biombo.**  
**Fonte: Acervo Pesquisa.**

<sup>12</sup> No dia 7 de Junho de 1998, um grupo de militares denominados “Junta Militar” se mobilizou e deu início à guerra civil que após um ano levou ao derrube do governo do PAIGC e do presidente João Bernardo Vieira.

<sup>13</sup> Dom Septimio Arturo Ferrazzetta era Bispo da Guiné-Bissau no momento da guerra civil militar de 7 de junho de 1998 e ele morreu em Janeiro de 1999 por motivo de doença.

## **CAPITULO IV-DESAFIOS AOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU**

A transição do regime de partido único para o multipartidarismo na Guiné-Bissau, iniciada nos anos 90, ainda não superou os principais desafios do processo democrático no país: a proteção aos direitos humanos, o desenvolvimento social ou crescimento econômico. Isto permite mostrar tal processo como uma transição incompleta. A razão disso pode ser tributada à fragilidade das instituições democráticas e à incapacidade de efetivar o controle civil das forças armadas, o que resultou em sucessivos golpes de estado e quedas de presidentes eleitos pelo voto. Tomando em conta com essas considerações, desde a realização da primeira eleição feita para presidência em (1994), não se tem notícia de governante eleito tenha chegado ao fim do mandato.

Na mesma linha de pensamento se chega aos anos 2000, com o assassinato do líder da Junta Militar General Ansumane Mané, cuja morte não teve seus motivos esclarecidos. Em 06 de outubro de 2004 é assassinado o General Veríssimo Correia Seabra, após uma intensa mobilização por reivindicações salariais para as tropas responsáveis pela manutenção da paz na Libéria. Em 2007, mais precisamente em 06 de janeiro desse ano, o Comandante Lamine Sanha é assassinado em frente a sua residência. No mesmo ano, numa distância de seis meses, Carlos Gomes Junior (janeiro) e Mario Sá Gomes (julho) são vítimas de perseguição política, o primeiro deles acaba na condição de refugiado das Nações Unidas. Ainda em 2007, o líder partidário Silvestre Alves é alvo de várias ofensivas de violação dos direitos humanos, sendo vítima de detenção e tortura. Já no dia dois de março de 2009 é assassinado o presidente Nino Vieira, poucas horas depois do chefe de Estado-Maior General Tagmé Na Waié ser morto num atentado à bomba.

As repetidas violações dos direitos humanos na Guiné-Bissau resultaram em avaliações extremamente negativas sobre o país, denunciando práticas de perseguições, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Documento da Anistia Internacional<sup>14</sup> referente às eleições presidenciais de 2009 insta o governo e as forças de segurança a “garantir que as Forças Armadas não violem os direitos humanos e que quem o fizer seja levado à justiça”. O mesmo texto ressalta que: “Existe atualmente uma atmosfera de insegurança medo na Guiné-Bissau”, que resulta de “intimidação, perseguições, detenções arbitrárias e atos de tortura cometidos pelas Forças Armadas sobre críticos e opositores políticos”. O documento lembra

---

<sup>14</sup> Fonte: [www.amnistia-internacional.pt](http://www.amnistia-internacional.pt).

ainda que a eleição de 2009 foi motivada pelo assassinato do presidente Nino e do General Tagmé e que, depois deles, mais quatro pessoas foram mortas pelas forças armadas, incluindo dois ex-ministros, um dos quais, Baciro Dabó, candidato ao cargo presidencial.

Nesse sentido, essas questões precisam ser observadas por organismos internacionais, que fortaleçam a sociedade civil e as instituições democráticas na Guiné-Bissau. Em que pese os argumentos de Rossana Rocha Reis (2006, p. 40) e suas críticas à retórica crescente no campo dos Direitos Humanos<sup>15</sup>:

“De fato, podemos afirmar que a retórica dos direitos humanos tornou-se tão forte que as mais diversas propostas políticas tentam de alguma forma expressar sua proposta em uma linguagem compatível com os direitos humanos. Isto nos remete ao nosso problema inicial, sobre a formação do regime internacional de proteção aos direitos humanos, e sobre o significado da construção desse regime para as relações internacionais. A variedade de propostas que se escondem sob o manto da retórica dos direitos humanos é tão ampla, que torna mais do que nunca necessária uma reflexão sobre a política internacional dos direitos humanos”.

Questionamentos da mesma ordem integraram vários textos do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ONDH). Entre estes vale mencionar o relatório de 2007, o qual se preocupou tanto com a crítica as detenções arbitrárias e a crimes hediondas capitaneadas por militares como em denunciar o risco da recém-aprovada “Lei de Anistia” ser mais um mecanismo a promover a impunidade no país. Conforme aponta Zaverucha (1994, p. 49), é possível dizer que a história política da Guiné-Bissau explicita uma situação em que o país vivencia experiências autoritárias semelhantes aos processos de transição política da Espanha, Argentina e Brasil. Isso porque enfrenta obstáculos simbolicamente constituídos por grupos de interesse com recursos de poder originados nos espaços militares, fortemente legitimados nas etnias e (ou) religiões.

No entanto, compartilha com países que tardiamente mergulharam naquilo que Huntington (1994) chama de processo de democratização da terceira onda algumas particularidades: a ausência do controle civil sobre os militares, excessos de prerrogativas

---

<sup>15</sup> REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 27: 33-42 NOV. 2006.

militares e incapacidade de contestação da ordem civil. A consequência deste cenário é que conflitos dessa natureza podem culminar em golpes de estado e na derrubada de governos eleitos.

Sérgio Adorno (1999, p. 148) colabora neste sentido, analisando as dificuldades no Brasil de se estabelecer um ambiente promotor dos direitos humanos frente a um estado herdado das perspectivas legalistas que justificam o controle social pela força e violência dos militares – no que se assemelha em parte com a situação de Guiné-Bissau – respeitadas suas diferenças históricas é culturais:

“[...] trata-se de conceber a Justiça como instrumento efetivo de mediação pública nos conflitos entre particulares e entre estes e o Estado e não apenas como instrumento de controle social e de conformidade às regras pactadas. A reforma da Justiça requer, para além de uma nova normatividade institucional (racional-legal, burocrático-administrativa), uma nova regulação das relações de poder de forma a que os cidadãos sejam levada a acreditar que a Justiça se encontra a serviço da resolução pacificada de seus conflitos e não como instrumento de imposição de regras [...]”.

Além de Guiné-Bissau, que sofreu outra tentativa de golpe com o assassinato do seu então presidente no início de 2009, em 28 de junho desse mesmo ano, na América Latina, um golpe de estado retirava do poder o presidente de Honduras, Manuel Zelaya. Acontecimentos dessa natureza colocam em xeque a possibilidade de concretização de processos de transição política e a consequente construção da democracia em países onde a ocorrência de golpes passa a ser uma constante. Ao que se soma a frequente ameaça aos direitos individuais de cidadania e a ocorrência dos mais diversos atos de violação aos direitos humanos.

Esse é o tom adotado pelo Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos em relatório da missão de investigação internacional, intitulado “Guiné-Bissau: Um Ambiente Prejudicial para o Trabalho dos Defensores dos Direitos Humanos”, de dezembro de 2008. Na análise dos riscos de instabilidade política e da segurança do regime guineense e suas consequências sobre os defensores dos direitos humanos e as liberdades públicas, o texto refere-se a um país enfraquecido pela corrupção, o narcotráfico e a proeminência do exército sobre a política desde a guerra de independência em 1973.

No mesmo sentido, a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) e a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), instigadas pelos assassinatos ocorridos no início de março de 2009, declararam-se preocupadas com a situação política e a segurança na Guiné-Bissau. Em vista disso, apelaram às forças armadas guineenses, pedindo o pleno respeito à ordem constitucional e à integridade física e moral dos cidadãos civis, dos representantes políticos, dos defensores dos direitos humanos e dos jornalistas (FIDH e LGDH, 2009).

As mesmas organizações de defesa dos direitos humanos (FIDH e LGDH) também reiteraram sua preocupação com o domínio das forças militares na política em apelo veemente à União Africana, à CEDEAO, às Nações Unidas e à Comunidade Internacional, solicitando delas o empenho em persuadir as forças armadas e as autoridades guineenses ao pleno respeito dos compromissos regionais e internacionais da Guiné-Bissau. E, em particular, sobre a transição política, ou seja, no preenchimento interino da vacância criada pela morte do Presidente da República. Para tal, as entidades apelaram aos preceitos constitucionais, assim como ao respeito às disposições da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. A FIDH e a LGDH manifestaram ainda os propósitos de ver a Guiné-Bissau voltar à normalidade constitucional, preconizando o respeito pelos direitos humanos e à paz – a observância estrita das regras que orientam um estado de direito democrático.

Tais questionamentos novamente remetem esta avaliação ao problema da relação entre civis e militares. A ausência de controle civil sobre os militares em Guiné-Bissau justifica a incerteza da democracia representativa e a certeza de que o próprio processo de transição ainda se encontra incompleto. Segundo Przeworski (1989, p.21), a transição para a democracia somente estará completa quando se verifica “o efetivo controle civil sobre os militares e a possibilidade real de alternância partidária no poder”.

Para Zaverucha (1994, p. 9):

“o controle civil sobre os militares implica na existência de autoridades e poderes constituídos (executivo, Legislativo e Judiciário) capazes de limitar o comportamento autônomo das Forças Armadas, eliminando, por conseguinte, enclaves autoritários dentro do aparelho do estado”.



Cabe reforçar aqui indagações proferidas por outros autores<sup>16</sup>, entre estas: como adotar as premissas da teoria democrática numa realidade onde as influências das Forças Armadas em relação às decisões políticas estão historicamente enraizadas desde o surgimento do estado? Como autoridades civis constituídas podem limitar o comportamento autônomo das Forças Armadas em contextos nos quais chefes militares devem analisar objetivos e programas do governo antes destes serem viabilizados?

Alfred Stepan (1996) apud Zaverucha (2000, p. 35) mostra que a análise das relações civil-militares deveria ser função de duas variáveis: 1) o grau e abrangência das prerrogativas militares; e 2) o grau e o nível de contestação militar em relação às ordens civis. As duas variáveis podem ser adaptadas à explicação da realidade da Guiné-Bissau, no que tange à relação civil militar, pois é possível se deparar com estas duas situações, para além: a existência de alta contestação articulada à intervenção militar no sistema político por altas prerrogativas dos militares até hoje. Acrescentaria igualmente a legitimação destes grupos de interesse pela força da etnia com sua correlata religião, que condiciona o comportamento e reações da população no câmbio dos governos eleitos.



**Figura 9--Iancuba Indjai, líder do movimento “Frenagolpe” e também dirigente do Partido da Solidariedade e Trabalho (PST), Evidência das Violações dos Direitos Humanos. Fonte: Arquivo de Pesquisa.**

<sup>16</sup> Fonte: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18999/000733730.pdf?sequence=1>

## CONCLUSÃO

Para que a democracia guineense se fortaleça e se consolide de fato, este estudo revela que se torna necessário que não se limitem as ações políticas às eleições, a cada quatro anos. Outro elemento que requer mudanças seria a inclusão artificial de alguns grupos que ocorre e sustenta os conflitos entre as etnias em meio à convivência da população. É indispensável um amplo processo de transformação das demandas da sociedade em decisão política, em políticas públicas, o que só ocorrerá quando as divergências culturais, sociais e políticas forem reconhecidas e institucionalizadas.

Democratização, nesse caso, é um processo que não se esgota com arranjos artificiais que superpõe grupos antagônicos. Assim, faz-se necessário a construção de instâncias capazes de reconhecer as diferenças e resolver interesses muitas vezes antagônicos, ou o fortalecimento de um sistema judiciário além do poder militar, o qual respeite os direitos humanos. Pode se supor que os principais obstáculos que Guiné-Bissau enfrenta assentam-se, em grande parte, na rivalidade étnica (potencializada pelos militares), política (não democrática) e social (injustiça) que marca culturalmente a história deste país.

A transição para a democracia deve ser entendida como uma forma de transformação social que privilegia e respeita as diferenças, mas que ao mesmo tempo cria mecanismos de interação entre os grupos no poder. As instituições democráticas de Guiné-Bissau devem ser construídas a partir das suas próprias particularidades, privilegiando as diferenças culturais, mas sem animosidade e instabilidade política.

O Exame da literatura aponta como causa desses insucessos a existência de partidos políticos pouco institucionalizados e desprovidos de princípios ideológicos. Além da predominância do Executivo sobre o Judiciário, em que a corrupção, o clientelismo e o nepotismo predominam. Soma-se a estes a falta do controle civil sobre os militares que influenciam o poder Executivo, fator que identifica a ausência de uma Sociedade Civil autônoma frente ao Estado, que seja capaz de representar os interesses coletivos frente aos interesses pessoais ou familiares.

A miséria generalizada nos territórios onde o Estado não alcança com suas políticas públicas, ao menos no sentido estreito do termo, é motivada pelas sucessivas crises econômicas, revelando uma Guiné-Bissau mergulhada em meio às dificuldades de compor um ambiente democrático que não objetiva fundamentar os direitos humanos.

A polarização étnica e territorial resulta em vitórias de candidatos que refletem certa homogeneização de votos. Essa condição cultural distinta influencia o sistema político e fragiliza as relações humanas. As sucessivas eleições na Guiné-Bissau confirmam essa correlação. Os dados eleitorais de 1994, 1999, 2005, 2009 e 2012 gradativamente demonstram que os candidatos se utilizam, a cada eleição, um pouco mais da sua pertença étnica e regional, como forma de manter ou tentar efetivar a sua supremacia no processo eleitoral.

Em troca, os eleitos prometem, ao menos em discurso, criar incentivos e privilégios aos seus grupos e suas áreas como forma de garantir a reeleição. Mas, por outro lado, a experiência tem demonstrado, no caso guineense, que nem sempre isso acontece. É importante realçar que é difícil em um país como Guiné-Bissau falar de “tribalismo”, mas os políticos fomentam este e organizam a sua campanha eleitoral com base nestes valores. O incentivo é pontual nos processos eleitorais, mas mesmo esta esperança da população é retirada a força pelos grupos armados.

Guiné-Bissau é o país africano de língua oficial portuguesa onde mais violações dos direitos humanos são contabilizadas. As ações contra os direitos humanos são diversificadas: assassinatos arbitrários por motivos políticos; espancamentos e tortura; más condições na detenção; prisões e detenções arbitrárias; falta de independência judicial e respeito pelo processo jurídico; interferência com a privacidade; intimidação de jornalistas; corrupção oficial generalizada; violência e discriminação contra as mulheres; mutilação genital das mulheres; tráfico de crianças e trabalho infantil incluindo trabalhos forçados. Sendo a mais grave as suspeitas de envolvimento do governo no tráfico de drogas sem previsão de punição aos participantes.

A emergência de novos atores se dá discretamente, ao mesmo tempo em que as instituições democráticas são sucessivamente desgastadas como espaço de justiça social. O acirramento dos conflitos étnicos nos pleitos do executivo tem por consequência uma maior fragmentação dos territórios, o que pode resultar em guerras civis, como já ocorreu em outros países africanos. Este é cenário complexo, em que as violações aos direitos humanos se relacionam com atividades do narcotráfico internacional, em meio aos inúmeros conflitos armados, os quais resultam em uma democracia refém.

A inserção política dos grupos de interesse guineenses no processo de transição democrática, desde a opção pelo modelo ocidental, tem afastado a sociedade civil dos seus direitos. O trabalho aqui apresentado abre caminhos neste campo, devendo subsidiar futuros estudos destas problemáticas nesta realidade culturalmente diversa.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 11(2): 129-153, out. 1999 (editado em fev. 2000).
- AUGEL, Johannes & Meyans, Peter. (2002) Processo de Transição na África Lusófona. In: Soronda revista de estudos guineenses de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas série n<sup>o</sup>5, pp. 7 a 50.
- Cabral, Frederico M. A. As Transformações no Ensino Superior na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas. Salão de Iniciação Científica UFRGS, Porto Alegre. 2011.
- CARDOSO, Carlos (s/d). Os Desafios da Transição Política na Guiné - Bissau. Informação retirada do sitio eletrônico: <http://www.didinho.org>. Acessado em 14/03/2012
- COSTA, Sérgio. (1999) Esfera Pública e as Mediações entre Cultura Política: para uma leitura sociológica da democratização brasileira. IN: Revista Travessias editora IUPERJ 1<sup>a</sup> edição.
- DJALÓ, Tcherno. Lições e Legalidade dos conflitos na Guiné-Bissau, Bissau INEP, 2000.
- EANE, J. (1996): Transformações estruturais da Esfera Pública. Revista de comunicação e política, vol. III n2.
- FRANCISCO. (2004) Albino Maria. Transição Política na Guiné-Bissau. Portugal Lisboa.
- GÓES, Walder. “Militares e Política uma Estratégia para a Democracia” In: A Democracia no Brasil Dilemas e Perspectivas. (org) Wanderley & O’Donnell. 1988
- HUNTINGTON, Samuel. A Terceira Onda: a democratização no final no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- HUREEL, Andrew. (1993) O apoio externo à democratização e a ordem internacional. In: Estado, mercado e Democracia. Sola, Lourdes (org.)-Rio de Janeiro: Paz e terra. P.82
- JAUARÁ, Manuel. Dilemas da Transição Política na África Lusófona: de Uni para Pluripartidarismo. Tese de doutorado USP. IN: VIII Congresso Luso - Afro - Brasileiro de Ciências Sociais Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Informações disponíveis no sitio eletrônico [www.ces.uc.pt/lab2004](http://www.ces.uc.pt/lab2004).

KING, Gary, Keohane, Robert y Verba Sidney. El diseño de la investigación social. Alianza Editorial.

LOPES, Carlos. Etnia, estado e relação do poder na Guiné-Bissau. Edições 70, Lisboa, Portugal 1982.

MALLOY, James(ed). (1977). Authoritarianism and corporatism in Latin America. Pittsburgh, the University of Pittsburgh Press.

MARSH, David e Stoker, Gerry (Eds) 1992. Teoria y método de la ciência política, P.145

NICOLAU, Jairo M.(1996) Multipartidarismo e Democracia. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.

ODONNEL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe. (Org). Transições do regime autoritário: Sul da Europa. São – Paulo: Vértice 1986.

PRZEWORSKI, Adam. (1992), “A Escolha de Instituições na Transição para a Democracia: Uma Abordagem da Teoria dos Jogos”. Dados, vol.35, n 1, pp. 5-48.

SADER, Amir - 1987 (org) Movimentos Sociais e Transição Democrática. São - Paulo, Cortez.

SANTOS, Fabiano (2000), Escolhas Institucionais e Transição para Transação: Sistemas Políticos de Brasil e Espanha em Perspectiva Comparada. Dados, Rio de Janeiro, Vol. 43 N 4, 2000 ISSN 0011-5258.

SANTOS, Maria Helena de Castro (2001) Que Democracia? Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos países em Desenvolvimento. Dados, 2001 Vol. 44 n 4, pp 729-771. ISSN 0011-5258.

SHARE, Donald e MAINWARING, Scott.(1986), “ Transição pela Transação: democratização no Brasil e na Espanha”. Dados, vol.29, n 2, pp.207-236.

REVISTA, travessias N 1/1999 Rio de Janeiro.

WHITEHEAD, Laurence. (1993) Dimensão Internacional da Democratização: um

levantamento das alternativas. In: Estado, mercado e Democracia. Sola, Lourdes (org.)-

NOBRÊGA, Álvaro. Desejo de “cambança”: O processo eleitoral de 1999. Soronda,

Revista de Estudo Guineense, Nova Sere N° 6 Bissau: INEP, 2003.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau, 1991, 2006 In: KOUDAWO, Fafali & MENDY, Peter (coords). Pluralismo política na Guiné-Bissau: INEP, p.187-197.

TEXEIRA, Ricardinho. Golpe de estado na Guiné-Bissau. Didinho.org. Disponível em [WWW.didinho.org](http://WWW.didinho.org). Acessado em 25/05/2012.

TEXEIRA, Ricardinho. A sociedade civil e democratização em Guiné-Bissau, Recife (dissertação de mestrado em sociologia) PPGS-UFPE, 2008.

Sítios eletrônicos:

[WWW.jornalnopintcha.com](http://WWW.jornalnopintcha.com)

[WWW.gaznot.com](http://WWW.gaznot.com)

[www.Portalebrasil.net/guine-bissau](http://www.Portalebrasil.net/guine-bissau)

[www.amadu.tk/aspeto](http://www.amadu.tk/aspeto) cultural

[www.didinho.org.br](http://www.didinho.org.br)

<http://www.ci-cpri.com/?p=631>

## ANEXO 1 – LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS

DIRITUS MALGÓS	Regiões	Pág.2	Outubro/2000
----------------	---------	-------	--------------

### SEMINÁRIOS REGIONAIS EM MATÉRIA DOS DIREITOS HUMANOS PARA DIRIGENTES DA LIGA

A LGDH promoveu seminários de formação para os seus dirigentes em todas as Regiões em matéria dos direitos humanos. Os seminários decorreram de 20 a 21 de Outubro, sendo cinco delegados de cada sector e dez da Direcção Regional.

Os temas versados foram: "direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais dos cidadãos".

Os seminários tiveram como objectivo a capacitação dos dirigentes e responsáveis da Liga com conhecimentos práticos e teóricos em matéria dos direitos humanos e cidadania.

Eis as principais:

---

#### RECOMENDAÇÕES FINAIS

<p><b>As recomendações em todas as regiões foram quase unânimes no seguinte:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- capacitação dos cidadãos com conhecimentos do teor do seminário através da educação cívica;</li><li>- necessidade de difusão do programa «Mon ku fundinhu» nas línguas nacionais nas rádios existentes nas regiões;</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>À LGDH</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Que a Liga continue a promover seminários do género a fim dos seus dirigentes poderem responder as exigências do desenvolvimento sócio-eco, económico e cultural do país; Que seja criado meios indispensáveis de forma a permitir a realização de um trabalho condigno junto das nossas populações em matéria de defesa dos Direitos Humanos;</li><li>- Que seja restaurado o funcionamento da sede regional da Liga equipando-a com meios necessários;</li><li>- Que seja introduzido no curriculum escolar a matéria dos direitos humanos;</li><li>- Continuar com a campanha da Educação Cívica através de programas rádiodifundidos;</li><li>- Facultar aos membros da Liga peças de identificação destacando as suas funções;</li></ul>	<p style="text-align: center;"><b>Ao Governo</b></p> <p>Que sejam criadas prisões de alta segurança a fim de permitir uma maior segurança dos cidadãos que muitas das vezes são alvos de ataque de criminosos;</p> <p>Criação de centros de reabilitação de prisioneiros;</p> <p>Concluir as instalações de tribunais sectoriais na região;</p> <p>Dar uma maior atenção aos defensores dos Direitos Humanos, respeitar e fazer respeitar a aplicabilidade da Convenção Internacional dos Direitos Humanos;</p> <p>Para que seja dado possibilidades de maior acesso nos locais prisionais onde se nota algumas irregularidades;</p> <p>Apoiar a Liga na concretização dos seus projectos como seu parceiro social no desenvolvimento sócio-político, económico e cultural do país;</p> <p>Que a Justiça seja feita com transparência, rigor e imparcialidade para todos os cidadãos através dos órgãos competentes;</p> <p>Velar pelo cumprimento rigoroso dos deveres e direitos fundamentais dos cidadãos consagrados na Constituição da República;</p> <p>Velar pelo cumprimento da segurança jurídica.</p>
---	---

## ANEXO 2 – LGDH PROMOVE FORMAÇÃO PARA POLÍCIAS E JUDICIÁRIO

DIRITUS MALGÓS

Pág. 3

Regiões

Outubro/2000

### SEMINÁRIOS PROVINCIAIS DE POLÍCIAS E AGENTES JUDICIAIS

No sul, a cidade de Buba foi palco de um Seminário Provincial de Formação para os Polícias e Agentes Judiciais do Sul em matéria dos Direitos Humanos e Cidadania de 23 a 25 de Outubro.

O orador, Dr. Joãozinho Vieira C6, ladeado do Senhor Mussa Seidi, Comissário Regional dos Serviços de Informação de Estado da Região de Quinara, no primeiro dia, no período da manhã, falou do tema "Declaração Universal dos Direitos Humanos".

Na sua intervenção começou por explicar como é que surgiu esta Declaração e porquê.

No período da tarde o mesmo orador falou sobre "a Polícia e os Direitos Humanos". Neste tema falou do surgimento da palavra Polícia na Antiga Roma, deu uma explicação clara e sucinta sobre o papel da Polícia desde os tempos mais remotos (antiga Roma).

Mais a frente definiu a prisão, o que é um reincidente, e falou da necessidade de colocar os Polícias, primeiro, para a prevenção e segundo para lutar contra a criminalidade. Disse que "um Polícia deve ser acima de tudo um nacionalista". Considerou que o nosso único inimigo comum na Guiné-Bissau, tanto para a Liga como para os Polícias é o subdesenvolvimento. Resumindo disse que o papel da Polícia é defender os cidadãos.

Dr. Joãozinho Vieira C6 disse ainda que cada cidadão tem o seu direito, e que para defender a Constituição "é preciso defender as leis".

Ele ainda sublinhou que a Liga considera que os Polícias são parceiros enquanto estão a cumprir seus deveres.

Nesta óptica, segundo ele, devemos pautar pela justiça e reconciliação.

A terminar disse ainda que o papel de um polícia é louvável em qualquer sociedade. Falou também em facultar aos polícias os meios necessários para poderem cumprir com as suas obrigações (humanos e materiais). Saliente-se que o Comissário Regional da Polícia, na sua intervenção agradeceu a iniciativa de formação e exortou aos seminaristas a assimilarem a

De 23 a 25 de Outubro do corrente ano a Liga realizou seminários provinciais para polícias e agentes judiciais simultaneamente nas províncias leste, sul e norte.



matéria a ser transmitida e reconheceu a preocupação da Liga em capacitar os Polícias no cumprimento das suas funções.

O Governador da Região de Quinara, o Sr. Bacar Cassamá, na sua intervenção realçou a importância do evento, felicitou a nova Direcção da Liga, sem deixar de reconhecer o trabalho feito pela Direcção cessante da Liga, não obstante algumas falhas cometidas no passado.

Voltou a felicitar a nova Direcção que pautou a sua acção na formação em forma de seminários aos polícias no exercício das suas funções. Solicitou as outras ONG's em seguir o exemplo da Liga e considerou que, no seu ponto de vista, a Liga é um parceiro do Governo, solicitou ainda a continuidade de iniciativas do género para poder atingir toda a Guiné-Bissau.

No segundo dia do seminário o orador Dr. Adolfo Ussumane Camará Jufz do Tribunal do Sul, falou do tema, "Direitos, Liberdades, Garantias e deveres Fundamentais" (consagrados na Constituição da República).

Começou por agradecer esta oportunidade que lhe foi dada pela Liga, para poder falar de um tema muito importante, e considerou os participantes como parceiros do desenvolvimento nacional. Falou da palavra igualdade de ponto de vista jurídico; exortou aos comissários regionais e

sectoriais presentes no seminário a exigirem aos seus superiores que os facultem o Código Penal, para melhor facilitar na organização de um processo. Disse que os cidadãos exigem os seus direitos, mas no que toca ao cumprimento das suas obrigações fingem não saber.

Seguidamente, Dr. Saïdo Djaló, orou o tema "o papel dos polícias na investigação criminal e na detenção dos delinquentes; o uso da força e armas de fogo pelos responsáveis pela aplicação das leis".

Definiu a palavra polícia, o seu surgimento e para que fins. Desenvolveu o tema sobre a investigação Criminal e a detenção e esclareceu em que circunstância se pode fazer uma detenção que pode ser: em flagrante delito e fora de flagrante delito. Dr. Saïdo disse que esta matéria é dada na escola nacional dos polícias. Ainda salientou que "um polícia nunca deve trabalhar fora da lei fundamental para o poder que lhe foi dado." Exortou os Polícias a esquecerem todos os desentendimentos havidos no passado com a Liga.

Os "Princípios jurídicos de Protecção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão", foi o tema orado pelo Dr. Saïdo Djaló, que na sua intervenção começou por pedir muita atenção por parte dos seminaristas. Depois desta consideração entrou imediatamente no tema que abrange todos, quer os

malfeteiros quer os aplicadores das leis merecem a protecção. Falou dos princípios de humanidade das pessoas as quais disse que não se deve tirar a vida, seja qual for a de pena. Nesta base falou dos artigos 36º, 37º e 43º da Constituição da República que proíbe a pena de morte, que é substituída pela prisão perpétua. Falou também da proibição de torturas cruéis; dos princípios de culpa, legalidade, oficialidade, Direito de suspeito e presunção de inocência e outras garantias de defesa.

No mesmo dia, às 11H30, o Dr. Adolfo Ussumane Camará, falou do tema "Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei."

Explicou como deve ser a conduta de qualquer funcionário e dos responsáveis pela aplicação da lei. Falou do Estado e sua subordinação às leis e as leis à Constituição da República. Definiu em seguida o que é a Constituição, falou também do quadro da legalidade, disciplina da administração pública, conduta na aplicação das leis, e na consequência de aplicação destas mesmas leis. Explicou que um polícia deve actuar de forma razoável e proporcional para o bem superior em detrimento do inferior isto é, no cumprimento das suas funções.

#### RECOMENDAÇÕES DOS SEMINARISTAS :

- Que haja mais seminários desta natureza;
- Que a Liga intervenha junto ao Governo para poder solucionar o problema do arroz dos funcionários públicos nas regiões;
- Intervir junto do Governo para arranjar meios viáveis para o combate à pirataria nas nossas zonas económicas exclusivas;
- Que o Governo crie as condições mínimas a todos os servidores do Estado;
- Que seja estabelecido um calendário de encontro entre a Liga e as Autoridade Policias para facilitar um bom relacionamento no serviço.



# ANEXO 3 – INSERÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES

DIRITUS MALGÔS	Pág.4	Outubro/2000
<h2>A MULHER E A POLÍTICA</h2>		
<p>«A Mulher e a Política», foi o tema de um seminário organizado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos e o Instituto de Mulher e Criança, de 24 à 28 dias de Julho passado numa das salas de reunião do Bissau Hotel.</p> <p>O objectivo do seminário foi sensibilizar a comunidade e os poderes públicos sobre a problemática da mulher na sociedade, na igualdade de oportunidade e no equilíbrio social; dotar os participantes de conhecimentos técnicos ligados aos aspectos sócio-político, económico e cultural.</p> <p>Devido a importância do referido seminário, publicamos alguns excertos do documento final.</p> <p style="text-align: center;"><b>Obstáculos identificados</b></p> <p>Os seminaristas identificaram os seguintes obstáculos a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Falta de formação e informação (alta taxa de analfabetismo na camada feminina);</li><li>- Existência de discriminação sócio cultural e económico;</li><li>- Não aplicação de política de género e desenvolvimento nos programas e planos de acção do governo;</li><li>- Discriminação incutida na mentalidade das crianças no que concerne a divisão sexual de trabalho no seio familiar;</li><li>- Jovens raparigas como mão-de-obra doméstica;</li><li>- Inadequação das disposições de comercialização e das facilidades de conservação e tratamento.</li></ul> <p>Foam apontadas as seguintes estratégias posteriormente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Combate a feminização da pobreza;</li><li>- Educação e formação da mulher;</li><li>- Mulher e a saúde;</li><li>- Direitos fundamentais da mulher nos parâmetros do «Género»;</li><li>- Mulher e mass média;</li></ul> <p style="text-align: center;"><b>Estratégias Identificadas</b></p> <p>Criação de postos de emprego para erradicação de pobreza; Acento adequado a saúde da mulher, pobreza, saúde reprodutiva, doença sexualmente transmissíveis entre as quais SIDA e problemática de planeamento</p>	<p>familiar; Educação na família e combate a estereotipo; Divulgação, informação das legislações existentes, nacionais e internacionais; Redução em larga medida a pobreza geral e a feminização da mesma em particular; Redinamização da rede mulher e desenvolvimento; Abolição de violências contra as mulheres; Criação de delegacias específicas para mulher afim de identificar e apoiar-las nos problemas concernentes a violência; Descentralização de eventos tais como: seminários, ateliers, etc., nas regiões, com o apoio de organismos internacionais e ONG's; Melhoramento de serviços de saneamento básico das infraestruturas sanitárias; Obrigatoriedade da escolarização das raparigas.</p> <p style="text-align: center;"><b>Recomendações</b></p> <p>Na análise e discussão dos grupos, devido a posição sócio-cultural, política e económica em que a mulher se encontra, os seminaristas recomendaram o seguinte:</p> <p style="text-align: center;"><b>Aos Partidos Políticos</b></p> <p>Exigir aos partidos políticos que nas próximas eleições presidenciais, legislativas e autárquicas a serem realizadas, de apresentarem candidaturas de mulheres ou mesmo apoiar a candidatos independentes - regime de quotas proporcionais;</p> <p>Exigir que a lei quadro dos partidos políticos, as mulheres constem como cabeça de lista das candidaturas .</p> <p style="text-align: center;"><b>Aos Parlamentares</b></p> <p>Que o partido maioritário apresente a candidatura de uma mulher ao cargo do Presidente da ANP ou Primeiro Vice-Presidente.</p> <p style="text-align: center;"><b>Ao Governo</b></p> <p>Exigir o aumento de números de mulheres para cargos de ministros ou secretárias de estado;</p> <p>Que se dê atenção aos seminários, conferências, ateliers, cursos de formação organizadas pelas mulheres;</p> <p>Construir ou ampliar a Maternidade Nacional e dar assistência médica e medicamentosa às mulheres; Que o cargo de Presidente de Instituto de Mulher e Criança</p>	<p>seja equiparada a Ministra de Estado com a sua autonomia e regalias; Que seja criada uma comissão de lobby, constituída pela ANP, Função Pública, Sociedade Civil, Associações de Base, entidades religiosas e tradicionais; Que seja integrada mulheres nas negociações de conflitos armados, etc.; Promover e criar centros para cursos de formação proporcional da capacitação e reciclagem das mulheres e jovens raparigas, incluir no curriculum escolar a educação moral, louvores, culinárias, educação sexual, etc.; Levantamento de quadros femininos existentes; Redefinição do estatuto organico de IMC; Que o governo, ONG's e parceiros de desenvolvimento promovam campanha de sensibilização para mudança de comportamento e atitudes no seio da família através da mass média, palestras, conferências, etc.; Promover a legislação e reformas administrativas para conceder as mulheres direitos aos recursos económicos iguais aos dos homens, incluindo acesso a posse e controlo da terra, crédito, herança, recursos naturais e nova tecnologia apropriada; Rever e implementar políticas nacionais de apoio aos mecanismos de poupança e crédito para as mulheres; Assegurar que os projectos pertencentes as instituições femininas sejam incluídas no programa de investimento público; Que seja criado um incentivo de bolsa interno para jovens raparigas; Que os recursos provenientes de perdão de dívidas sejam afectadas na luta contra a pobreza.</p> <p style="text-align: center;"><b>Ao Poder Judicial</b></p> <p>Que o Instituto de Mulher e Criança diligencie junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros nas resoluções de problemas dos familiares emigrantes (cônjuges) residentes no estrangeiro em parceria com as embaixadas da Guiné-Bissau, conjuntamente com as associações de emigrantes radicados nesses países; Responsabilizar na prática a paternidade;</p> <p>Regulamentar e aplicar a lei sobre o casamento não formalizado;</p> <p>Redinamizar ou criar um centro de informação e orientação jurídica das mulheres e crianças;</p> <p>Sensibilizar e orientar as mulheres juristas a optarem pela magistratura judicial e Ministério Público de forma a aumentar o número de mulheres nessa área.</p>

# ANEXO 4 – FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

## DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LIGA PERSPECTIVA SEMINÁRIOS PARA DEPUTADOS, ADVOGADOS E MAGISTRADOS

### Assembleia Nacional Popular

Ao longo de mais de 25 anos, as leis eram produzidas na perspectiva duma Assembleia Monopartidária em consequência do sistema político (partido do estado) vi gente na altura.

A queda do Art.º 4º da Constituição, permitiu o alargamento do espaço político para as várias formações, cuja ANP passou a ser representada por Deputados de vários partidos.

O seminário de capacitação será dirigido aos 102 Deputados da Nação em colaboração com a ANP que terá uma duração de 4 dias.

A conversão da tendência monolítica do sistema político ora vigente requiere que a intervenção e a conduta de um Deputado se oriente pela melhoria de condições de vida da população o que equivale dizer que a concretização deste propósito passa necessariamente pela promoção dos valores mais sublimes da vida humana, no reforço da coesão interna dos Guineenses, numa mai or unidade do povo e uma maior flexibilidade que permitam a consolidação da democracia, tendo o respeito pela dignidade do homem como o baluarte para uma rápida e verdadeira Reconciliação Nacional.

Preocupados com a insipiência do sistema democrático Guineense afigurase como necessidade, apoiar o melhoramento e a elevação do nível de conhecimento dos Deputados da Assembleia Multipartidária Guineense, em matéria dos Direitos Humanos e Cidadania por forma a darem uma mais valia no exercício das suas funções. Enquanto Órgão Legislativo, entendeu a Liga organizar um seminário de promoção dos direitos humanos para os Deputados. Na óptica dos defensores dos direitos humanos, os deputados devem encarar a concepção, discussão e aprovação das leis, não numa vertente partidária, mas sim, numa perspectiva de universalidade e de respeito pela dignidade humana do povo Guineense, inspirada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Povos e noutros pactos e convenções internacionais em matéria dos direitos do homem.

Tendo em consideração que na nossa ANP coabitam Deputados com níveis diferentes em termos de conhecimento; Considerando a nova conjuntura sociopolítica que se vive neste período pós guerra e da necessidade de uma verdadeira reconciliação dos Guineenses, para a qual, os deputados da nação têm um importantíssimo papel a desempenhar tanto ao nível dos seus partidos assim como no exercício das suas funções enquanto representantes do povo, por forma a contribuir para a consolidação de um estado de direito democrático que se pretende a Guiné-Bissau, torna-se imprescindível o reforço das capacidades nacionais para que em conjunto possamos alicerçar as bases de uma cultura de tolerância e de civismo, e desencorajar atitudes belicistas, de abusos de poder e de arrogancia política.

É entendimento absoluto da Liga de que, formações do género têm um propósito único: contribuir de forma positiva para a consolidação da Paz e de edificação duma sociedade mais justa, tolerante, equilibrada e de civismo na qual impera o diálogo permanente.

### Objectivos do seminário

Considerando a importancia de que se reveste a problemática dos direitos humanos, pretende-se com o seminário reforçar o conhecimento dos deputados da nação sobre os direitos humanos e cidadania por forma a permitir-lhes um melhor posicionamento na aprovação das leis.

Por isso os conhecimentos que se pretendem estejam ao alcance dos deputa-

dos, serão versados nas seguintes temáticas:

Direitos Fundamentais na Ordem Jurídica Interna. (Limites de imunidade do Deputado); Papel da ANP na consolidação de um Estado democrático; Legislação Internacional em matéria dos Direitos Humanos (Pactos, Acordos e Convenções); Separação de Poderes e a Consolidação da Democracia.

### Advogados e Magistrados

Como um dos órgãos da soberania nacional, o poder judicial tem uma voz activa no relançamento das bases para a afirmação de um Estado de Direito que se queira a Guiné-Bissau. A independência do pensamento e de acção e o dever de obediência a consciência e a lei na aplicação da justiça exigese, porque é imprescindível ao exercício dessa profissão. A distancia entre a justiça e o cidadão comum continua a estrangular a efectivação dos supremos anseios do povo. As actuais exigências em moldar a sociedade Guineense e a inadiável luta que se coloca ao país contra a corrupção, exigem dos Advogados e Magistrados, esforços acrescidos e um maior rigor na aplicação das leis. Os esforços do desenvolvimento nacional devem ser acarinados com a aplicação efectiva da justiça, pois o investimento externo assegura-se com a implacabilidade da justiça para a qual os Advogados e Magistrados têm uma palavra a dizer.

Associam-se a esses factores, a observancia da ética e da deontologia profissionais por parte dos homens da lei.

É nes sa perspectiva de poder dar a sua modeste contribuição que a Liga organiza um seminário para Advogados e Magistrados em matéria dos Direitos Humanos e Cidadania.

A mudança que se processa no país, tende a conduzir o cidadão comum à uma nova sociedade em que a pluralidade de ideias, opiniões e interessesse manifestam e se chocam entre si e a justiça deve estar presente para dirimir essas contradições naturais, sejam de que natureza forem. Nessa perspectiva, indispensável se torna a reciclagem contínua de conhecimentos dos agentes da Lei, conhecimentos esses susceptíveis de melhorar e orientar as suas actividades profissionais num quadro pluralista e de um Estado de Direito Democrático.

### Objectivos do seminário

O seminário visa aprofundar os conhecimentos dos agentes da Lei sobre os Direitos, Garantias e Liberdades Fundamentais dos cidadãos e a sua aplicabilidade pratica no ambito da justiça. Isto permitirá os cidadãos terem maior confiança no sistema judicial e passarão a colaborar com a justiça e a sua efectivação irá desencorajar os ajustes de conta e a justiça por mãos próprias. Um dos fundamentos deste seminário assenta no facto de constituir uma oportunidade que irá permitir consolidar os conhecimentos dos agentes da Lei, em matéria dos Direitos Humanos e Cidadania.

Os Advogados e Magistrados passarão a ter uma visão mais ampla e abrangente, podendo nas suas funções de administração da Justiça, criar uma confiança de aproximação do povo, inclusive, o das tabancas mais recônditas do país e fazer vincar na opinião pública, quão indispensável é a justiça para a afirmação de um Estado de Direito Democrático e na construção de uma sociedade mais tolerante e respeitadora dos direitos liberdades fundamentais da dignidade humana.

## ANEXO 5 – FRAGILIDADE DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS



DIRITUS MALGÓS Pág.8

### APELO DA LGDH À ADMINISTRAÇÃO NORTE AMERICANA

**A Organização de Defesa dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (LGDH) junta a sua voz, a de centenas de Organizações e Instituições do mundo para apelar o Governo dos Estados Unidos de América, em nome dos valores supremo do Universo, pelos quais têm lutado ao longo de séculos, (democracia, justiça e respeito pelos Direitos Humanos).**

Considerando que o início do novo milénio deverá ser caracterizado. De paz, solidariedade e amizade entre os povos e governos;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, baseadas nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Baseado nestes pressupostos, a LGDH, apela ao Governo Norte Americano para o levantamento do embargo económico contra a República de Cuba imposto a mais de 40 anos. Um embargo que contraria os princípios Universal dos Direitos Humanos.

---

### CIDADÃOS GUINEENSES EXPULSOS DA LÍBIA



Regional - Rui Baray - com o qual a Liga equacionou os mecanismos adequados para a resolução dos seus problemas junto do governo Líbio.

O espírito da integração regional e da globalização que se pretendem, afastam quaisquer tendências ou actos racistas ou xenófobos, porquanto essas atitudes e tendências, contrariam o espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Não se pode pretender unir grandes e pequenas nações com níveis desiguais de desenvolvimento enquanto persistirem atitudes condenáveis e comportamentos lesivos a moral colectiva.

Aflitos com a perda abrupta dos seus haveres, incluindo rendimentos monetários acumulados ao longo de árduos anos de trabalho, os retornados solicitaram as autoridades Guineenses, que se faça diligências junto do governo Líbio no sentido de serem indemnizados, a cada, um valor de 3.000 USD, à exemplo de cidadãos doutros países indemnizados pelo governo Líbio, graças a pressão diplomática dos respectivos países.

Por outro lado, manifestaram o interesse de um encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e com o Presidente da República com os quais pretendem abordar a questão, assim como sobre os cerca de 60 Guineenses cujo paradeiro, depois do acontecido, é ainda desconhecido. Na ocasião, o director-geral do Instituto de Apoio a Emigrantes aproveitou para lhes informar que a sua instituição não tem conhecimento da existência de Guineense neste país Árabe.

As vítimas exortaram ao Governo que preste uma maior atenção as suas comunidades no exterior, pois os Guineenses sofrem muito com a falta de protecção dos seus governantes. A título de recomendação, alertaram ao governo da necessidade de abrirem uma representação diplomática agrupando países da zona por forma a prevenir o surgimento de problemas do género que têm afectado grandemente os Guineenses na diáspora.

**A**s teias do racismo e da xenofobia enlaçaram, numa manifesta apatia, um grupo de Guineenses que haviam depositado suas esperanças em poder encontrar uma melhoria de vida fora da pátria que os viu nascer. Os populares da grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular, País protagonista do famoso projecto (Estados Unidos de África), deixaram-se escorregar no lamaçal da revolta contra o que, tal como acontece em todo o mundo, elegeram este país Árabe para a procura de melhores condições de vida e de emprego. O inconformismo perante uma derrota numa partida amistosa de futebol entre Líbios e Nigerianos, despertou a ira dos primeiros que, ferozmente se lançaram sem dó nem piedade sobre todos os residentes de Trípoli vindos da África Negra. Caça ao negro, incêndio de residências e pilhagens foram as medidas adoptadas para expulsá-los da capital do território Líbio, em consequência de caça as bruxas, depois de terem permanecido em condições desumanas num aquartelamento abandonado, durante mais de 30 dias, por alegada protecção de integridade física dos mesmos, e acabaram por ser transportados numa aeronave com destino a Dakar onde foram impedidos de aterrar tendo de seguida rumado para Banjul para depois serem escoltados em autocarros cedidos pelo governo Gambiano que os depositou no território Guineense de S. Domingos, via Ziguinchor.

Chegados a Bissau, os expatriados mantiveram encontros com o director-geral de Migração e Estrangeiros - Sambé Nauana, no qual estiveram entre outras personalidades, o director-geral do Instituto de Apoio a Emigrantes - Alsau Sambé, para depois se apresentarem a Direcção Nacional da LGDH que de imediato denunciou a atitude xenófoba da população Líbia e em seguida solicitou um encontro de carácter urgente com o Secretário de Estado da Cooperação Internacional e Integração

Vinte e quatro dos cerca de 100 Guineenses que viviam trabalhando em Trípoli foram vexados, humilhados, saqueados e brutalmente expulsos do

**FICHA TÉCNICA**  
Propriedade LGDH - João V.Mané (coordenação), Editor: Humberto Monteiro, Colaboradora: M<sup>l</sup> J. Pereira